



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MAYARA ROMEIRO LINS BEIROUTI

O LIVRO-JOGO E O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL DE ESTUDANTES DA EJA EPT (PROEJA)

Maceió

2024

MAYARA ROMEIRO LINS BEIROUTI

**O LIVRO-JOGO E O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL DE ESTUDANTES DA EJA EPT (PROEJA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima

Maceió

2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

370

B4221

Beirouti, Mayara Romeiro Lins.

O livro-jogo e o desenvolvimento da formação humana integral de estudantes da EJA EPT (PROEJA) / Mayara Romeiro Lins Beirouti. – 2025.

115 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima.

Dissertação - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2025.

1. Educação. 2. Formação Humana Integral. 3. Livro-Jogo. 4. EJA-EPT. I. Título.

Fernanda Isis Correia da Silva / Bibliotecária - CRB-4/1796



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MAYARA ROMEIRO LINS BEIROUTI

**O LIVRO-JOGO E O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL DE ESTUDANTES DA EJA EPT (PROEJA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 13 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima
Instituto Federal de Alagoas
Orientador

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Souza Cavalcanti
Instituto Federal de Alagoas

Profª. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MAYARA ROMEIRO LINS BEIROUTI

**O LIVRO-JOGO E O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL DE ESTUDANTES DA EJA EPT (PROEJA)**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima
Instituto Federal de Alagoas
Orientador

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti.
Instituto Federal de Alagoas

Profª. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

À minha família.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra.

(Freire, 1981)

RESUMO

Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT (PROEJA), bem como as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes. Situada na Linha de Pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica” e no Macroprojeto “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT”, o estudo se configurou como de natureza qualitativa, do tipo participante, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionário e entrevista. Os/as participantes da pesquisa foram estudantes do primeiro período, ou módulo, do curso Técnico em Cozinha, modalidade EJA EPT, ofertado no IFAL, *campus* Marechal Deodoro. Do ponto de vista teórico, o estudo baseou-se em teorias do currículo, currículo integrado e formação humana integral. A partir da análise dos dados obtidos com as entrevistas e com os questionários, identificou-se que há conhecimentos que ainda não são do domínio desses sujeitos e que tais conhecimentos não são contemplados no currículo escolar, apesar da natureza do trabalho pedagógico inerente à EJA EPT. A pesquisa culminou na elaboração de um Produto Educacional (PE), configurado como um Livro-jogo, o qual possibilitará aos/às estudantes da EJA o contato com esses conhecimentos, que ficaram à deriva em seus processos de formação, podendo contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral desses sujeitos.

Palavras-chave: Livro-Jogo; EJA EPT (PROEJA); Formação Humana Integral; Produto Educacional; Trabalho Pedagógico.

ABSTRACT

Developed within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) at the Federal Institute of Alagoas (IFAL), this research aimed to reflect on the relationship between students' world knowledge and school knowledge in the EJA EPT (PROEJA) program, as well as the implications of this relationship for the comprehensive human development of these students. Situated within the Research Line "Educational Practices in Professional and Technological Education" and the Macroproject "Inclusion and Diversity in Formal and Non-formal Education Spaces in EPT," the study is qualitative in nature, of the participatory type, with data collection instruments including questionnaires and interviews. The research participants were students in the first term, or module, of the Technical Course in Culinary Arts, in the EJA EPT modality, offered at IFAL, Marechal Deodoro campus. From a theoretical standpoint, the study was based on curriculum theories, integrated curriculum, and comprehensive human education. Based on the analysis of data obtained from interviews and questionnaires, it was identified that there are areas of knowledge not yet mastered by these individuals, and that such knowledge is not addressed in the school curriculum, despite the pedagogical work inherent to EJA EPT. The research culminated in the development of an Educational Product (EP), designed as a game-book, which will allow EJA students to access this knowledge — previously left out of their educational processes — and may contribute to the development of their comprehensive human education

Keywords: Gamebook; Youth and Adult Education in Professional and Technological Education (PROEJA); Integral Human Education; Educational Product; Pedagogical Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CF – Constituição Federal
CNS – Conselho Nacional de Saúde
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMI – Ensino Médio Integrado
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IFAL – Instituto Federal de Alagoas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP – Movimento de Cultura Popular Cruzada ABC – Cruzada Ação Básica Cristã
MEB – Movimento da Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PE – Produto Educacional
PPC – Projetos Pedagógicos de Curso.
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RFEPT – Rede Federal de Educação e Tecnológica
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos
TCLE – Termo de Consentimento e Esclarecido
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro de entrevistas.....	46
Quadro 2 – Questionário para avaliação do Produto Educacional (PE).....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, TRABALHO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	18
2.1 Formação humana integral, omnilateralidade e politecnia: aproximações em prol de igualdade social	18
2.2 A Educação de Jovens e Adultos: breve histórico, sujeitos, especificidades	21
2.3 O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): a EJA EPT	26
3 METODOLOGIA	34
4 RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS DE MUNDO E CONHECIMENTOS ESCOLARES: OS DIZERES DOS/DAS ESTUDANTES	40
5 PRODUTO EDUCACIONAL	58
5.1 O livro-jogo	59
5.2 Avaliação do Produto Educacional	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	77
APÊNDICE B – TCLE	89
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISCENTES	93
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	95
APÊNDICE E – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	96

1 INTRODUÇÃO

A efetiva atuação cidadã requer a mobilização de conhecimentos os quais contemplem as diversas dimensões do ser humano. Esses conhecimentos são adquiridos no processo histórico-social dos sujeitos e compreendem aqueles que circulam tanto na escola quanto na vida social.

Nos espaços educativos, essa possibilidade de formação se amplia, pois o sujeito de direito, o cidadão, pode inter-relacionar seus conhecimentos vivenciais com aqueles sistematizados pela escola, os conteúdos curriculares e, dessa forma, aprimorar sua atuação como cidadão, o que contribui para o usufruto de seus direitos sociais, bem como para a consciência de seus deveres.

Nesse sentido, o papel da escola se destaca não apenas no sentido de garantir uma educação de qualidade, mas de assegurar uma formação humana integral, com a qual, de acordo com Ciavatta (2012, p. 85), busca-se

[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Entretanto, há uma parcela de sujeitos que, por razões diversas, não tiveram acesso a uma formação que contemplasse – conforme afirma Ciavatta (2012) – todas as suas dimensões e que propiciassem a necessária e efetiva atuação social; são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses sujeitos se defrontam com um déficit de conhecimentos em seu processo formativo, devido ao lapso de temporalidade distante da escola, uma vez que tiveram seus itinerários formativos interrompidos.

Ao considerarmos que esses sujeitos não são desprovidos de conhecimentos, que trazem consigo um conjunto de saberes histórico e socialmente construídos, é pertinente refletir sobre que conhecimentos esses sujeitos já possuem ao retornarem à escola e quais ficaram à deriva, bem como qual a relação entre esses conhecimentos e aqueles construídos no espaço escolar.

Isso com vistas a identificarmos as implicações da relação entre esses conhecimentos em um itinerário formativo fragmentado, condição que compromete a formação dos sujeitos atendidos nessa modalidade no sentido de não conseguirem estar preparados para uma atuação social e, por conseguinte, não atuarem como

cidadãos capazes de compreender a realidade social, política, humana e cultural de forma mais ética e competente.

De acordo com Arroyo (2008), a relação entre os conhecimentos construídos por jovens e adultos fora do espaço escolar – o que ele denomina de educação popular – e aqueles sistematizados no interior da escola tem se estabelecido sob um clima de tensão. De acordo com o autor,

[...] enquanto a escola pensa que fora dela, dos seus currículos e saberes não há salvação – nem cidadania e conhecimentos, nem civilização e cultura –, a educação popular já nos alerta que o correto é entender a escola como um dos espaços e tempos educativos, formadores e culturais (Arroyo, 2008, p. 228).

Dessa forma, sem a pretensão de dirimir tal tensão, compreendemos ser pertinente considerarmos esses dois contextos de construção de conhecimento com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da formação de sujeitos da EJA, sobretudo quando essa modalidade de ensino é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como uma garantia de educação àqueles sujeitos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou tiveram o percurso escolar interrompido, conforme mencionado anteriormente.

Também é pertinente considerar que muitos desses sujeitos já estão inseridos no mundo do trabalho e necessitam usufruir, de forma plena, de seus direitos como cidadãos, razão pela qual deles é demandada a apropriação de conhecimentos que lhes permitam condições para tal, o que imputa à EJA as funções reparadora, equalizadora e qualificadora (Brasil, 2000).

A função é considerada reparadora quando ela visa assegurar um ensino que considere as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, ou seja, a EJA “necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (Brasil, 2000, p. 9).

Fundamentada no princípio da equidade, a função equalizadora visa assegurar a distribuição de bens sociais, de forma a garantir igualdade de acesso a tais bens, pois “a equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas” (Brasil, 2000, p. 10).

No sentido de representar uma possibilidade de desenvolvimento efetivo e

permanente de sujeitos de todas as idades, sem distinção de gênero ou cor, a função qualificadora fundamenta-se na ideia de que “a EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações” (Brasil, 2000, p. 10).

Em se tratando da modalidade EJA atrelada à formação profissional, a demanda por uma formação que contemple todas as dimensões dos sujeitos enquanto seres sociais se acentua, sobretudo por ser uma forma de torná-lo capazes de atuar no mundo do trabalho. Tal formação deve contemplar, além da dimensão profissional e da cognitiva, “as necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva” (Frigotto, 2012, p. 59).

Nesse contexto, é importante considerar o relevante papel do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) – doravante EJA EPT¹ – na formação de estudantes da modalidade EJA, especificamente no que diz respeito à função qualificadora dessa modalidade de ensino.

A partir dessas considerações, a presente pesquisa, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)² do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), tem como objetivo geral refletir sobre a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT (PROEJA) e as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes, e como específicos: correlacionar conhecimentos de mundo e conhecimentos curriculares compartilhados no contexto de formação da EJA EPT; analisar a correlação entre os conhecimentos de mundo e conteúdos curriculares e as implicações dessa correlação na formação humana integral desses estudantes e

¹ Neste estudo, adotamos a nomenclatura EJA EPT em substituição à denominação PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). A adoção de uma terminologia em detrimento de outra deve-se ao resultado do I Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos da Rede de Federal, no qual se convencionou tal substituição. No evento foi decidido utilizar a terminologia EJA EPT, em vez de PROEJA, para que seja materializada a ideia de que o PROEJA se constitui como uma política e não apenas um Programa de governo e, dessa forma, a terminologia EJA EPT melhor se adequa a esse contexto. Entretanto, a terminologia PROEJA ainda é amplamente utilizada e aceita, em função de constar em documentos oficiais (Andrighetto; Maraschin; Ferreira, 2021).

² Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, na Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica. É integrante do Macroprojeto 2: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT. A pesquisa foi aprovada pelo parecer de número 6.481.439 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas.

elaborar, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, um Produto Educacional (PE), um livro-jogo, o qual poderá ser utilizado como um recurso que pode auxiliar no desenvolvimento da formação humana integral na modalidade EJA.

O interesse em realizar uma pesquisa que reflete sobre a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT (PROEJA) e as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes deve-se ao fato de eu ser graduada em Direito e atuar no contexto da EPT, que oferta a educação de jovens e adultos integrada à formação profissional e que tem como uma de seus objetivos contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral. A minha formação em Direito tem me feito observar os contextos em que o currículo e o trabalho pedagógico permitem identificar aspectos que, de alguma forma, violam ou negligenciam direitos fundamentais, a exemplo do direito à Educação.

Nesse contexto, aliando conceitos jurídicos e sociais, vislumbrei a possibilidade de contribuir para a formação humana integral de sujeitos atendidos pela modalidade EJA EPT, correlacionando a minha formação acadêmica à função social dos institutos federais, instituição que exerce significativo papel na formação humana integral do/a trabalhador/a.

O conceito de formação humana integral que subsidiou este estudo é aquele que proporciona ao jovem e ao adulto trabalhador uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão/cidadã integrado/a em uma organização social e política (Ciavatta, 2012).

Como direcionamento para esta pesquisa, propusemos as seguintes questões: há relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT (PROEJA)? Quais as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes?

Na tentativa de responder a essas questões, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa (Chizzotti, 2005, 2014, Denzin; Lincoln, 2005; Flick, 2009; Oliveira, 2016), do tipo participante (Brandão, 1999; e Gil, 2002). A pesquisa foi realizada no IFAL, Campus Marechal Deodoro, com discentes matriculados no primeiro semestre/módulo do curso técnico integrado em Cozinha, na modalidade EJA EPT no ano letivo de 2024.

Nas análises efetuadas, constatamos a importância de um trabalho pedagógico que conecte os conteúdos escolares a situações concretas de cidadania,

com o objetivo de favorecer tanto a compreensão da realidade social quanto a atuação nela de maneira crítico-reflexiva, condição inerente à formação humana integral.

Estruturamos a presente dissertação em 4 (quatro) seções. Na primeira seção, apresentamos alguns conceitos-chave que fundamentam o presente estudo, constituindo-se do referencial teórico utilizado para subsidiar a reflexão sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de tratar da contribuição do Trabalho pedagógico na EJA EPT e a formação humana integral. Na segunda, apresentamos a metodologia da pesquisa, quanto a sua natureza qualitativa, do tipo pesquisa participante, além de descrever os instrumentos a serem aplicados na pesquisa, o perfil dos sujeitos da pesquisa. Na terceira seção, apontamos a análise dos dados coletados, resultado da aplicação dos questionários e entrevistas, por meio da apresentação geral da pesquisa, os resultados das entrevistas e traçado o perfil dos/as estudantes participantes. Na quarta seção, apresentamos o PE, o livro- jogo, que é resultado da pesquisa situada no contexto de um Mestrado Profissional.

2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, TRABALHO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nesta seção, apresentamos alguns conceitos-chave que fundamentam o presente estudo, constituindo-se do referencial teórico utilizado para subsidiar a reflexão sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), contemplando a EJA articulada à EPT, perpassando por conceitos fundantes das bases conceituais da EPT (formação humana integral, omnilateralidade e politecnicidade) e trabalho pedagógico.

2.2 Formação humana integral, omnilateralidade e politecnicidade: aproximações em prol de igualdade social

Quando refletimos sobre formação humana integral, é relevante considerarmos a dualidade estrutural latente imposta pelo Capitalismo, sistema no qual um dos aspectos passíveis de crítica é a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, sendo este mais valorizado. Assim, para que haja uma transformação educacional de modo a formar integralmente os sujeitos, é de precípua relevância a alteração no modo de produção capitalista, o que pode ocorrer a partir de um processo educativo que rompa com a “manutenção das estruturas de poder e privilégio” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 8).

Assim, o papel da escola e, por conseguinte, de todos os elementos nela engendrados, tais como o currículo, os métodos e os recursos pedagógicos, exercem significativo papel nessa demanda.

Ao refletir sobre a realidade da Educação Profissional no Brasil, Moura (2013) afirma que é um desafio conseguir proporcionar um Ensino Médio Integrado (EMI) voltado para a formação humana integral, a qual busque superar a manutenção das estruturas de poder. A constatação expressa por Moura (2013) dialoga com o que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) compreendem sobre esse contexto histórico, político e social. De acordo com esses autores,

[...] há, na sociedade brasileira, um tecido estrutural profundamente opaco nas relações de poder e de propriedade que se move em conjunturas muito específicas, mas que, no seu núcleo duro, de marca excludente, de subalternidade e de violência, se mantém recalcitrante (Frigotto; Ciavatta;

Ramos, 2012, p. 8).

As reflexões apontadas por Moura (2013), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), revelam que a realidade socioeconômica brasileira, permeada por marcantes desigualdades sociais, exige um tipo de Ensino Médio que garanta uma base unitária para todos, uma formação humana integral fundamentada na concepção de formação omnilateral ou politécnica, a qual tem como base o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Ramos (2014), argumenta a favor dessa formação omnilateral ao refletir sobre o conceito de escola unitária. Ao discorrer sobre omnilateralidade enquanto demanda de formação em contextos nos quais ainda persistem as lutas de classes, a autora afirma que

[...] usualmente, a concepção que se tem da escola unitária de uma formação omnilateral diz respeito à formulação das propostas de educação a partir da perspectiva dos trabalhadores. Mas na verdade, a concepção de escola unitária defende a formação dos sujeitos nas suas múltiplas dimensões. Porque a educação da classe trabalhadora se caracterizou por uma dimensão apenas, a dimensão do fazer, enquanto as elites, os dirigentes foram tendo a escola primeiro no sentido de uma formação que desenvolvesse as capacidades sensíveis, estéticas e comunicacionais e científicas (Ramos, 2014, p. 19).

Nessa mesma direção, destaca-se a dimensão politécnica que, de acordo com Saviani (2003, p. 40), está relacionada “ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”, o que requer que a formação obtida no Ensino Médio contemple aspectos múltiplos para uma atuação mais consciente do cidadão trabalhador em seu fazer, mas sem perder de vista sua concepção de ser social.

Nesse sentido, o conhecimento de aspectos sociais, tais como direitos, deveres, entre outros, é relevante em um processo formativo coerente com esse contexto. O ideal de politecnicidade, ao mesmo tempo que se constitui uma demanda, também se constitui como um desafio, o de minimizar os danos causados por uma sociedade marcada por desigualdade de diversas ordens, consequência de um sistema capitalista que ainda perdura em grande parte das sociedades.

A partir das considerações feitas anteriormente, compreendemos que os conceitos formação humana integral, omnilateralidade e politecnicidade aproximam-se em suas essências, sobretudo pela inspiração nos ideais de Marx que, ao criticar aspectos do sistema capitalista, propõe “substituir o indivíduo-fragmento, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido,

para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam (Marx, 1996, p. 114).

É importante considerarmos que, apesar de a aproximação dessas três categorias terem sua essência inspirada nos ideais de Marx, destacamos que, conforme afirmam Moura, Lima Filho e Silva (2015), ele não abordou a temática da Educação ou Educação Profissional, mas refletiu sobre “como homens, mulheres, jovens e crianças, especialmente da classe trabalhadora, produzem a vida em meio às relações sociais e de produção, particularmente sob o Capitalismo” (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1060).

Dessa forma, em sendo homens, mulheres, jovens e crianças sujeitos da educação, omnilateralidade, politecnicidade e formação humana integral são passíveis de serem relacionados ao contexto educacional, de forma que, nesta pesquisa, será utilizada a formação humana integral como o conceito basilar.

No contexto educacional, o conceito de formação humana integral está intrinsecamente associado ao Ensino Médio integrado à educação profissional, o qual visa assegurar uma formação que melhor atenda às necessidades da vida e do mundo trabalho, tendo como premissa os eixos estruturantes do trabalho, ciência, tecnologia e cultura como condições indissociáveis na formação humana para que os sujeitos possam, de forma satisfatória, atuar nesses dois contextos.

Nesse sentido, compreendemos que um dos princípios da formação humana integral é

[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir e planejar. Trata-se de superar a redução da separação da preparação do trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico- tecnológica e na sua apropriação histórico social (Ciavatta, 2012, p. 85).

De acordo com essa afirmação de Ciavatta (2012), reiteramos que a formação humana integral remete ao sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Trata-se de pensar no processo formativo em uma totalidade, isto é, nas múltiplas dimensões do sujeito.

Se pensarmos na formação humana integral no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreendemos essa formação como um processo que tem como base a indissociabilidade entre a educação geral e a profissional, que visa à preparação dos sujeitos para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, para atuação como cidadão/ã.

A esse respeito, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) afirmam que

[...] se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 43).

Os autores concebem essa “travessia” como uma possibilidade de o Ensino Médio se configurar como um ensino politécnico, integrado ao serviço de educação profissional para toda a sociedade, sem distinção de classes. Contudo, é pertinente afirmar que na realidade socioeconômica do Brasil são os jovens das classes menos favorecidas que buscam a profissionalização antes mesmo de concluírem a educação básica, o que pode interromper a ideal “travessia”.

É importante destacar, conforme mencionado anteriormente, que a influência do modo de produção e o sistema capitalista que vivenciamos reflete na educação, pois muitos jovens da classe trabalhadora não conseguem concluir o Ensino Médio, já que necessitam buscar a profissionalização antecipadamente, muitas vezes para ajudar na subsistência da família. Entretanto, há a possibilidade de minimizar esse cenário, com a oferta de um Ensino Médio Integrado (EMI) ao profissional que, sem pautar-se nos interesses do mercado, configura-se como uma “possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 36).

A esse respeito, é importante considerarmos o ideal de formação demandada no contexto da EPT defendido por Barbosa e Moura (2013). Tal formação se relaciona com a dimensão politécnica e com a omnilateralidade, em aproximação com a formação humana integral. De acordo com os autores,

[...] mesmo que o sistema educacional forme indivíduos tecnicamente muito bem preparados, é indispensável que eles sejam capazes de exercer valores e condições de formação humana, considerados essenciais no mundo do trabalho contemporâneo, tais como: conduta ética, capacidade de iniciativa, criatividade, flexibilidade, autocontrole, comunicação, dentre outros (Barbosa; Moura, 2013, p. 52).

A partir dessa afirmação de Barbosa e Moura (2013), compreendemos que,

para que os/as estudantes se apropriem de conhecimentos que os possibilitem agir com tais valores, é necessário que os/as docentes estejam conscientes de seus papéis, sobretudo no contexto de EPT, de forma que realizem um trabalho pedagógico³ fundamentado na da formação humana integral, pois só assim, é possível “romper com a dicotomia entre a educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35).

Gadotti (2009), ao refletir sobre educação integral, a qual se alinha ao conceito de formação humana integral, afirma que “a educação integral deve acontecer ‘em todos os cantos’, em diferentes espaços, tempos e durante a vida inteira: na infância, na pré-adolescência, na adolescência, na vida adulta e na velhice” (Gadotti, 2009, p.10). Nessa perspectiva, compreendemos que o trabalho pedagógico em prol de uma formação humana integral deve contemplar aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos, vinculando a Educação Cidadã à “Pedagogia da Terra” à “Cidadania Planetária”.

E se esse ideal de formação, conforme afirma Gadotti (2009), deve contemplar sujeitos de todos os segmentos, englobem-se jovens e adultos de todos os segmentos sociais, sobretudo aqueles que tiveram o itinerário formativo interrompido, como aqueles atendidos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso pelo fato de a EJA ser uma modalidade cujos lugares sociais dos sujeitos por ela atendidos terem “condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto de políticas sociais” (Arroyo, 2008, p. 221).

2.2 A Educação de Jovens e Adultos: breve histórico, sujeitos, especificidades

Ao longo da história, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, até a concepção a ela hoje atribuída, passou por significativas transformações, sempre atreladas a aspectos político-ideológicos. Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

[...] está prevista a Educação de Jovens e Adultos – EJA, classificada como parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado

³ Neste estudo, o conceito de Trabalho Pedagógico, que será abordado mais adiante, pode ser entendido a partir da concepção de Andriquetto, Maraschin e Ferreira (2022), que é “a mediação do processo de produção do conhecimento, articulando e provocando os estudantes a desenvolverem seus saberes e fazeres em consonância com os conteúdos trabalhados nos cursos (Andriquetto, Maraschin; Ferreira, 2022, p. 6).

disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta (Brasil, 1996).

Considerando o que dispõe a legislação, é cabível compreender que a LDB trouxe um ganho considerável à Educação de Jovens e Adultos, já que, diferentemente da LDB de 1971, (Lei nº 5.692/71), a EJA passa a ser considerada uma “modalidade de ensino” (Brasil, 1996). E de acordo com o Conselho Nacional de Educação, a EJA passa a ter “um modo de existir com característica própria” (Brasil, 2000, p. 26). Assim, superou a proposta trazida pela legislação de 1971, a qual ofertava o ensino do supletivo aos sujeitos da EJA. A atual legislação dispõe, além da mudança conceitual de “ensino” para “educação”, a valorização das peculiaridades inerentes ao público-alvo dessa modalidade.

A esse respeito, Soares (2002, p.12) afirma que essa nova nomenclatura

[...] não é apenas uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo ‘ensino’ se restringe à mera instrução, o termo ‘educação’ é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Assim, a partir da mudança proposta pela legislação, que garante a oferta de Educação de Jovens e Adultos, o direito à educação assegurado pela Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, determina a obrigatoriedade da Educação Básica e gratuita em instituições de ensino para jovens e adultos. Por meio da CF e da LDB asseguram-se o Ensino Fundamental e Ensino Médio para EJA observando as especificidades dos sujeitos.

Apesar de trazer avanços que contemplam a EJA, a atual LDB mantém arraigada a vinculação com a lei anterior – Lei nº 5.692 de 1971 –, quando, em seu artigo 38, afirma que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Nesse sentido, ainda permeia a ideia de uma “educação compensatória” atribuída à EJA.

Na década de 1990, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) deixou de receber recursos voltados às matrículas da educação de jovens e adultos, devido ao veto do Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso. Assim, com esse ato do presidente viu-se o descumprimento constitucional no tocante à

obrigatoriedade do fomento do ensino fundamental gratuito à faixa etária de 7 a 14 anos, bem como aos jovens e adultos. Nessa conjuntura, a EJA ficou sem recursos do FUNDEF até o ano de 2001.

No ano de 2001, o governo federal criou, por meio de recursos do Fundo de Amparo à Pobreza de alguns estados e municípios, o programa “Recomeço”, cuja finalidade foi combater o analfabetismo e a baixa escolaridade da educação formal brasileira. De acordo com Rummert e Ventura (2007), a criação desse programa tem influência do Parecer CNE/CEB 11, de 10 de maio de 2000, o qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Rummert e Ventura (2007), a partir de 2003, a Educação de Jovens e Adultos ganhou maior relevância nos planos do governo federal. Surgem os programas e/ou projetos, a exemplo do Projeto Escola Fábrica, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Fazendo Escola (antigo programa Recomeço).

A partir de estudos de Arroyo (2007), ao verificarmos as ações realizadas em prol da EJA, percebemos que, embora a Constituição Federal e a LDB assegurem o direito ao acesso à educação para jovens e adultos e a obrigação dessa oferta pelo Estado, a EJA só será reconfigurada se essa forma de a perceber for revista, se “o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências” (Arroyo, 2007, p. 23). Isso, apesar de, conforme afirma Paiva (2006), ser pertinente a ideia de fazer no presente o que não foi feito no passado, numa tentativa de reparação do tempo perdido.

Essa reflexão dialoga com as de Andriguetto, Maraschin e Ferreira (2022) acerca dessa modalidade de ensino, dada a especificidade dos sujeitos por ela atendidos. De acordo com esses pesquisadores, os sujeitos da EJA são pertencentes a um contexto de idades, saberes e ideias diversos e, “ao retornarem aos bancos escolares, denotam um conhecimento empírico a ser entendido, interpretado e incluído no trabalho pedagógico do curso” (Andriguetto; Maraschin; Ferreira, 2022, p. 6). Ao considerarmos essa especificidade dos sujeitos da EJA, destacamos a importância de um trabalho pedagógico

[...] que promova processos de aprendizagem pelos quais seus sujeitos se tornem independentes, capazes de aprender por si próprios, com condições de acompanhar a velocidade e complexidade dos acontecimentos que os cercam e pelos quais os sujeitos se produzam e se humanizam, ao longo de toda a vida (Paiva, 2004, p. 32).

Compreendemos os sujeitos da EJA como estudantes com faixa etária de 15 aos 75 anos, que buscam, em muitos dos casos, a escola pela primeira vez, ou até mesmo afastaram-se dela por aspectos econômicos, sociais, culturais e, até mesmo pedagógicos, que apresentam características peculiares de onde circundam. Os que advêm da área rural, são, em geral, do gênero masculino e faixa etária mais elevada; já os da área urbana, são mais jovens, com predominância do gênero feminino (Moura, 2007).

De acordo com Moura (2007), o perfil socioeconômico dos sujeitos da EJA é diversificado e específico de acordo com a região. Na região urbana, ocupam atividades de: carroceiro, costureira, motorista, vigia, entregador, serviços gerais, dona de casa, empregada doméstica, porteiro e outros. Já na rural, desempenham atividades agrícolas, voltados ao plantio, colheita e pesca. Como pudemos observar, o público composto pela EJA é composto de sujeitos com baixos salários e aquisições e, de acordo com Arroyo (2001), são tratados como uma massa de alunos sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado “fracasso escolar”.

Ainda segundo o autor, esses sujeitos continuam sendo vistos pelas carências escolares - alunos evadidos, reprovados, defasados, com problemas de aprendizagem, entre outros.

As visões pré-concebidas que recaem sobre os sujeitos da EJA demandam um trabalho pedagógico que contribua para uma formação, de fato, integral, no sentido, também de contribuir para que eles possam olhar para si e se percebam capazes de enfrentar os preconceitos e minimizar os danos que eles causam em seus processos formativos.

O trabalho pedagógico na EJA não prescinde de considerar o modo de vida e as experiências de mundo dos sujeitos que ela frequentam, pois, de acordo com o que preconiza a Proposta Curricular da EJA, esses sujeitos

[...] já possuem alguns conhecimentos sobre o mundo letrado, que adquirem em breves passagens pela escola ou na realização de atividades cotidianas. É inegável, entretanto, que a participação dessas pessoas nessas

atividades é muito precária, limitada e dependente (Brasil, 1997, p. 41).

Nesse sentido, é importante destacar o lugar do trabalho pedagógico de professores no contexto da EJA, a fim de que o processo formativo nessa modalidade seja eficaz, principalmente quando muitos estudantes expressam o desejo de “entender melhor as coisas”, “se expressar melhor”, de “ser gente”, de “não depender dos outros” (Brasil, 1997, p. 42). A esse respeito, concordamos com Andriguetto, Maraschin e Ferreira (2022, p. 6), quando afirmam que

[...] os professores, cientes das especificidades dos sujeitos da EJA, têm a oportunidade para estabelecer relações entre o conhecimento e o conhecimento cognitivo e sociocultural dos estudantes, fazendo com que o trabalho pedagógico possibilite que os professores transcendam à condição de meros transmissores de conhecimento.

Portanto, a partir dos apontamentos apresentados, compreendemos que o contexto da EJA, dada a sua especificidade, demanda um trabalho pedagógico específico, focado nas expectativas e vivências de vida e trabalho dos estudantes, principalmente se o curso estiver integrado a uma formação profissional, a exemplo do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

2.3 O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): a EJA EPT

O PROEJA, como é atualmente por muitos conhecido, foi instituído pelo Decreto nº 5.478/05. Denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade EJA (PROEJA MÉDIO), o Programa foi idealizado para formar estudantes numa perspectiva de emancipação social e política (Andriguetto; Maraschin; Ferreira 2022). Em função de arranjos sociais, alguns aspectos do Decreto que instituiu o PROEJA MÉDIO foram reelaborados e, posteriormente, em 2006, através do Decreto 5.840/06, ampliou-se sua abrangência e passou a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo ofertado, também, pela Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica (RFEPT).

De acordo com o Decreto, o PROEJA pode ocorrer na

[...] educação profissional técnica integrada ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos; educação profissional técnica concomitante ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos; formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos; formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos (Brasil, 2006, p.1).

Conforme mencionado em nota anterior, razões político-ideológicas têm contribuído para a adoção da terminologia EJA EPT em vez de PROEJA, terminologia que adotamos neste trabalho. É importante destacar que, enquanto política pública, a essência do Programa deve permanecer, sobretudo quando visa garantir aos sujeitos da EJA o acesso ao mundo do trabalho, proporcionando acesso, permanência e êxito no contexto educacional, de forma que os estudantes se tornem sujeitos críticos e ativos, capazes de pensar mudanças nos seus processos de vida e contribuir para a transformação da sociedade por meio da percepção integrada da formação humana.

Em consonância com esse ideal formativo, alinhado à ideia de formação humana integral, Maraschin (2015) afirma que a história da oferta da EJA atrelada à EPT situa-se no campo dialético de disputas, causado por embates hegemônicos e contra-hegemônicos. Nessa conjuntura, Andrighetto, Maraschin e Ferreira (2021), também refletem sobre a formação de sujeitos em um contexto de embates e disputas, reflexão essa que contempla a EJA EPT. De acordo com os autores,

[...] ter acesso ao conhecimento já produzido pela humanidade e, a partir desse, produzir novos conhecimentos com vistas à emancipação social e humana, confere poder aos sujeitos. Essa condição nem sempre ou quase nunca, é do interesse do capital, cuja concepção de educação para a classe trabalhadora abrevia-se em uma espécie de superficialidade intelectual, valorizando o senso comum e potencializando o treinamento, o adestramento, o saber fazer, e não o saber pensar (Andrighetto; Maraschin; Ferreira, 2021, p. 2182).

Considerando as reflexões de Andrighetto, Maraschin e Ferreira (2021), entendemos que a proposição da modalidade EJA EPT ofertada nos Institutos Federais deve contemplar uma formação humana integral. Nesse sentido, o principal desafio centra-se em uma dualidade na qual o processo formativo está envolvido; ao sistema capitalista, interessa uma educação profissional técnica voltada à ideia da

preparação do aluno para o mercado de trabalho, aos marcos legais da EJA EPT, a apresentação de uma propositura de uma educação profissional que garanta ao cidadão uma formação humana integral, formação esta que deve ir além do mercado de trabalho. Tal formação, conforme já mencionado, deve culminar em uma prática profissional embasada nos eixos trabalho, ciência, cultura, tecnologia e no papel estratégico social, o que requer um trabalho pedagógico alinhado a esse propósito.

2.4 O trabalho pedagógico na EJA EPT: possibilidade para uma formação humana integral

Conforme já mencionamos, os estudantes da EJA, por razões diversas, não tiveram, no início de suas juventudes, acesso a uma formação que contemplasse todas as suas dimensões, a qual propiciaria a necessária e efetiva atuação social. Apresentam significativas lacunas em diversas áreas, seja por um percurso escolar interrompido, seja por nunca terem iniciado uma educação formal. Entretanto, esses sujeitos não são desprovidos de conhecimento; trazem consigo experiências de vida significativas que, aliadas àquelas vivenciadas na escola, seja pelo currículo seja pelas interações com seus pares e professores, contribuem para seu processo formativo.

A partir da proposição acima, transpondo essa característica da EJA para o contexto da EPT, é possível afirmar que os estudantes da EJA EPT, “esses homens e essas mulheres não são tábulas rasas, mas portam um sem-número de experiências sociais, culturais, afetivas que lhes permitam acúmulo de saberes em diferentes campos epistemológicos” (Moll, 2011, p. 12). Essa reflexão de Moll (2011) dialoga com o que afirmou Freire (1996) acerca da valorização, pelos professores, dos saberes com os quais os estudantes chegam à escola, pois “ensinar exige respeito aos saberes dos estudantes” (Freire, 1996, p.15). Segundo esse educador, cabe ao

[...] professor ou, mais amplamente, à escola, tem o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros

urbanos? (Freire, 1996, p. 16).

Nesse sentido, compreendemos que o conhecimento de mundo do educando em diálogo outros conhecimentos, sobretudo aqueles sistematizados na escola devem ocorrer a formação dos sujeitos, pois essa relação entre os saberes já adquiridos no contexto vivencial e os construídos no ambiente escolar é de grande relevância para o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e promotor de ações que contribuam para o bem comum, em uma melhor vivência na sociedade e no mundo do trabalho, pois para Freire (1996), o processo formativo deve ir de encontro à produção de alunos trabalhadores e cidadãos passivos, resignados e submissos.

O pensamento de uma educação segundo essa perspectiva dialógica, que articula saberes, coaduna-se com a formação humana integral, que também em consoante com o pensamento de Freire (1967) quando concebeu a educação como prática da liberdade. Ao discorrer sobre o papel dos estudantes no processo formativo, afirmou que

[...] na medida, porém, em que amplia o seu poder de captação e de resposta às sugestões e às questões que partem de seu contorno e aumenta o seu poder de dialogação, não só com o outro homem, mas com o seu mundo, se “transitiva”. Seus interesses e preocupações, agora, se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital (Freire, 1967, p. 60).

Em processo formativo dialógico, o trabalho pedagógico ocupa lugar de grande relevância, sobretudo na figura do professor, pois ele é o principal ator nesse trabalho, o qual deve levar em consideração as especificidades dos estudantes, aproveitando essa oportunidade para estabelecer relações entre o conhecimento escolarizado e seu conhecimento cognitivo e sociocultural. Esse trabalho pedagógico pode ser compreendido como

[...] uma prática social munida de forma e conteúdo, expressando dentro de suas possibilidades objetivas as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, ainda, busca a explicação da superação destas determinações. A escola, compreendida como espaço institucional da formação no sistema capitalista, cumpre determinações da prática social em que a organização do trabalho pedagógico procura dar conta dessa tarefa (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 556).

A partir dessa afirmação de Frizzo; Ribas e Ferreira (2013), compreendemos

a importância do trabalho pedagógico no contexto da EJA EPT, pois, num contexto de busca de transformação, de emancipação em uma luta constante de disputas, é necessário que a escola seja esse lugar de transformação. Mais ainda na EJA, e na EPT, quando, ao mesmo tempo que busca ser reparadora, intenciona formar sujeitos para contrapor-se ao capital no mundo do trabalho. A esse respeito, concordamos com Maraschin, (2019, p. 260), quando afirma que

[...] somente uma perspectiva emancipatória e práticas libertadoras e transformadoras podem oferecer à classe trabalhadora condições de sentir-se pertencente aos projetos que lhes são destinados. Denunciando o trabalho alienado, percebendo as contradições da sociedade capitalista, não prevalecendo a separação entre trabalho manual e intelectual e contribuindo para que os sujeitos entendam o mundo, entendam-se neles e melhorem sua vida, a partir do trabalho e da produção de técnicas e de tecnologia que contribuam para a transformação de vidas e da sociedade [...].

Entendemos, dessa forma, que o trabalho pedagógico na formação dos estudantes da EJA EPT, na perspectiva da formação humana integral, deve contemplar os diversos aspectos que permeiam os conhecimentos socializados no processo de formação. Eles vão desde a consideração dos conhecimentos que os estudantes já possuem ao ingressarem na escola até aqueles sistematizados em documentos norteadores, a exemplo de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Nesse sentido, o trabalho pedagógico, no qual “se materializam as ações dos sujeitos e cria-se o sentido para a formação integrada ou não do curso que os jovens e adultos realizam na instituição” (Maraschin, 2015, p. 24), mantém estreita relação com o currículo. O currículo é o guia do percurso escolar do estudante no âmbito escolar e deve considerar os diversos aspectos sociais e humanos que permeiam a ação pedagógica; aspectos esses que estão fora do espaço escolar e que muitas vezes a escola busca atender ou ir de encontro.

Tomaz Tadeu da Silva, em sua obra “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo”, afirma, ao citar Bernstein, que “o currículo define o que conta como conhecimento válido” (Silva, 2023, p. 71). Nesse sentido, se almejamos uma sociedade na qual os sujeitos possam exercer efetivamente seus papéis sociais, é importante considerar que conhecimentos devem circular no espaço escolar, de forma a tornarem-se válidos para essa demanda. Isso porque o currículo norteia, de forma sistematizada e deliberada, os conhecimentos que devem ser socializados, sofrendo ele interferência de fatores históricos e culturais, sempre

ligados a interesses sociais.

Ao considerarmos essa perspectiva de currículo em prol de uma sociedade justa e igualitária, é importante destacar que é necessário

[...] converter as salas de aula em espaços nos quais os conteúdos culturais, habilidades, procedimentos e valores imprescindíveis para construir e aperfeiçoar esses modelos sociais são submetidos à análise e reflexão sistemática, e são praticados. Tudo isso faz com que as propostas curriculares permitam que alunos e alunas descubram os condicionamentos sociais, culturais, econômicos, políticos e militares do conhecimento que circula em cada sociedade (Santomé, 1998, p. 7).

De acordo com Silva (2023, p. 15), o conceito de currículo, a partir de sua etimologia, do latim *curriculum*, significa “pista de corrida”. Dessa forma, podemos dizer que no curso dessa "corrida" o currículo torna-se fator condicionante para nos tornarmos o que somos. Se relacionarmos o currículo ao conhecimento necessário para uma melhor experiência de ser e estar no mundo, é pertinente considerarmos que o conhecimento curricular se encontra arraigado na realidade social da qual os sujeitos fazem parte.

De acordo com Sacristán (2013, p. 23-24),

[...] a importância fundamental do currículo para a escolaridade reside no fato de que ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições de educação dizem que irão desenvolver com os alunos (e para eles) aquilo que consideram adequado. Por meio desse projeto institucional, são expressas forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de determinados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos etc.

Silva e Freitas (2021, p. 277), ao refletirem sobre no processo de formação de sujeitos em um contexto de disputas, afirmam que o currículo é uma

[...] construção social dinâmica que envolve vivências, processos e práticas, que vão além da organização dos conteúdos; contemplando também as conexões entre estes e sua relação com a realidade numa perspectiva transformadora. É por meio das materializações do currículo que a escola assume a sua identidade e concepções sobre a perspectiva formativa e o modelo de sociedade que almeja construir.

Nesse sentido, conforme Pedon e Corrêa (2019), o currículo, ao se materializar no espaço escolar, torna-se um território, nesse caso, passível de provocar reflexões e refletir sobre ações no campo das disputas. De acordo com os autores,

[...] a escola é responsável pela implementação do currículo oficial e pela ação protagonizada pelos professores, é um espaço importante a partir do qual as relações de poder e as relações de produção têm concretude, por isso, esse espaço se torna um território. As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se complexou (Peton; Corrêa, 2019, p. 88).

Dessa forma, é importante considerar a função socializadora do currículo, pois ele não deve ser compreendido como um “acúmulo” de componentes curriculares, fragmentados, com conteúdos apresentados de modo tradicional, e transmitidos sem reflexão pelo professor/educador em sala de aula. O currículo é de natureza histórica e vai além de conteúdos e disciplinas, devendo ser elaborado de forma a oportunizar condições de conhecimentos para os educandos, na busca de abranger e atender as diversas realidades sociais existentes, de maneira ampla, real, significativa, reflexiva, dinâmica, democrática, inclusiva, ética e moral (Oliveira, 2017).

Ao considerarmos a ideia de que o currículo necessita atender às especificidades dos sujeitos envolvidos, além de desenvolvê-los em sua completude, formando os sujeitos para além do mundo do trabalho, tornando-os seres críticos e reflexivos, na perspectiva da formação humana integral, para que possam atuar de forma plena na vida cidadã, faz-se mister pensar em um currículo integrado, que é o demandado no contexto da EPT e, por conseguinte, da EJA EPT.

Ramos (2012), ao tratar de currículo integrado, afirma que ele deve ser pautado nos eixos estruturantes do trabalho, da ciência e da cultura, com a proposta da superação dos paradigmas históricos de formação no sentido de agregar formação geral e formação técnica. No contexto da EJA EPT, essa perspectiva do currículo integrado também se adequa, pois por meio da educação básica atrelada à formação profissional, os sujeitos se apropriam dos conhecimentos relacionados com o mundo da produção, de forma crítica, reflexiva. Dessa forma, Ramos (2012, p.109) aponta alguns pressupostos e desafios na organização do currículo integrado:

- a) conceba o sujeito como ser histórico-social concreto, capaz de transformar a realidade em que vive;
- b) vise à formação humana como síntese de formação básica e formação para o trabalho;
- c) tenha o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes;
- d) seja baseado numa epistemologia que considere a unidade de

conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades;

e) seja baseado numa pedagogia que vise à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos e esses evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros;

f) seja centrado nos fundamentos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno, tendo como eixos trabalho, ciência e a cultura.

Nessa concepção de currículo integrado, também se destaca a integração de conhecimentos das diversas áreas como fator que contribui para uma formação que, por ser de natureza integral, requer um processo de integração. Nesse contexto, destaca-se a interdisciplinaridade, que, de acordo com Ramos (2012, p. 117), “é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas”. Dessa forma, é necessário que, no currículo integrado, o vínculo dos conhecimentos gerais e específicos (técnicos) seja de forma contínua ao longo da vida acadêmica, tendo como eixos indissociáveis o trabalho, a ciência e a cultura, conforme destaca Ramos (2012).

Destacamos, portanto, o papel da escola nesse contexto que, no caso da EJA EPT, ela tem a missão de conhecer as especificidades dos discentes, bem como conhecimento de mundo que eles trazem, para que possa

[...] propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (Brasil, 2018, p.61).

Ao considerarmos o objeto de estudo desta pesquisa, que é a correlação entre o conhecimento de mundo e o conhecimento escolar (curricular) de estudantes da EJA EPT, ratificando a necessidade de um currículo que tenha como pretensão de fazer com os sujeitos compreendam a sua função social para além do trabalho, que entendam qual a importância do espaço ocupado e que a qualificação permita torná-lo um ser crítico, reflexivo, com evidências de que sua formação ocorreu integralmente.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo participante. De acordo com Chizzotti (2005, p. 85),

[...] a pesquisa qualitativa privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes, tais como a observação participante, história, ou relatos de vida, análise de conteúdos, entrevista não diretiva etc., que se reúnem em um corpus qualitativo de informações.

Nessa mesma perspectiva, fundamentamos a pesquisa qualitativa sob a ótica de Oliveira (2016), segundo a qual esse tipo de pesquisa é compreendido como

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (Oliveira, 2016, p. 37).

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2005, p. 3) afirmam que

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Pelo fato de a pesquisa qualitativa implicar "uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente serão perceptíveis a uma visão sensível (Chizzotti, 2014, p. 28), o método do tipo participante torna-se pertinente numa pesquisa dessa natureza.

A pesquisa participante está entreposta nas abordagens qualitativas de pesquisas nas ciências sociais, como uma indagação científica sobre a função social da pesquisa científica no âmbito educacional, em favor da classe dos oprimidos, objetivando assim um processo de transformação das estruturas opressoras. A esse respeito, em uma reflexão sobre a pesquisa participante, Brandão (1999, p. 11),

afirma que

[...] a participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao próprio projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir.

Nesse sentido, é pertinente a pesquisa participante em um contexto configurado como de resistência, de lutas, de reparação social, como o da EJA EPT, pois envolve os sujeitos da pesquisa (neste caso, os/as próprios/as estudantes da EJA) no processo investigativo. Esse tipo de pesquisa é particularmente relevante nesse contexto, pois visa não apenas entender à realidade dos/as alunos/as, mas também transformá-la, considerando suas experiências e saberes prévios.

Essa perspectiva de pesquisa participante fundamenta-se nas ideias de Brandão e Streck (2006). De acordo com os autores, “a pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e incorpora-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos [...] (Brandão; Streck, 2006, p. 17-8).

Identificamos em Freire (1999), um diálogo com esse pensamento de Brandão e Streck (2006) sobre a natureza participante da pesquisa. De acordo com o educador, é

[...] importante, nesta altura de nossa conversa, insistir mais uma vez sobre o caráter político da atividade científica. A quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática (Freire, 1999, p. 36).

Ao considerar o pensamento Freiriano, é perceptível sua relação com o objeto de estudo da presente pesquisa, já que ela envolve discentes da EJA EPT, sujeitos esses em condição de opressão, em grupos à margem da sociedade. Como o objetivo da pesquisa é refletir sobre a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT e as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes, compreendemos que a pesquisa participante é pertinente por apresentar cunho político e social em um contexto de cooperação dos/as participantes.

Nesse contexto de cooperação, os/as participantes desta pesquisa foram estudantes do primeiro período/módulo do curso técnico em Cozinha, modalidade

EJA EPT, do Instituto Federal de Alagoas, ofertado no campus Marechal Deodoro.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados questionários estruturados e entrevistas, os quais serviram para coletar informações que possibilitaram analisar a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares desses/as estudantes, bem como identificar as implicações dessa relação na formação humana integral.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo estudantes, o procedimento de coleta de dados ocorreu em horário diferente do período de aula, com agendamento prévio acordado entre cada participante e a pesquisadora.

A cada entrevista realizada e questionário respondido, as informações foram registradas e sistematizadas para os procedimentos de análise, cujos resultados subsidiaram a elaboração do Produto Educacional (PE), um livro-jogo.

Os conteúdos das entrevistas versam sobre a percepção dos/as participantes sobre a relação entre os seus conhecimentos de mundo – os quais teriam relação com sua atuação como cidadãos/ãs – e aqueles que integram o currículo escolar, socializados em sala de aula. Os questionários, por sua vez, possibilitaram obter informações tais como a série em que os/as participantes interromperam o itinerário formativo, faixa etária, se buscavam outras formas de aquisição de conhecimento além do espaço formal da escola, qual a melhor forma de acesso a informações, entre outras questões. Dessa forma, as respostas aos questionários foram registradas, a fim de que, transformadas em dados, fossem analisadas e interpretadas.

Na mesma perspectiva, foram constituídos os dados oriundos das entrevistas, cujos diálogos foram gravados e transcritos. Nesse processo, após uma leitura seletiva, impressões, constatações e inferências, inerentes à análise, foram categorizadas a fim de elucidar informações necessárias à consecução dos objetivos da pesquisa e da produção do PE. Em ambas as etapas, as impressões, as constatações e as inferências foram confirmadas com a transcrição de trechos representativos, o que constitui o *corpus* da pesquisa.

Quanto à quantidade de participantes, responderam ao questionário um total de 22, mas apenas 17 participaram da entrevista. Dessa forma, a quantidade de participantes elegíveis da pesquisa foi de 17 estudantes, dos gêneros masculino e feminino, e na faixa etária a partir de 18 anos, idade mínima para ingressar na EJA correspondente ao Ensino Médio.

Por se tratar de um estudo realizado no contexto escolar e contemplar a modalidade EJA, especificamente voltada para o Ensino Médio, que, conforme já mencionamos, requer idade mínima de 18 anos para o ingresso, esta pesquisa está em conformidade com a Resolução CNS 466/2012, pois os/as participantes são dotados de autonomia plena para responder aos instrumentos de coleta de dados.

A abordagem e o convite aos/às participantes ocorreram a partir de uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa, que também se configurou como uma etapa de sensibilização. Mediante autorização da coordenação do curso e da professora regente, foi disponibilizado, antes do início da aula, um momento de explanação, no qual a pesquisadora apresentou os objetivos da pesquisa e informou os dias em que estaria no campus, sempre uma hora antes do início da primeira aula, para o processo de recrutamento, que ocorreu de forma voluntária.

Os procedimentos da pesquisa ocorreram na seguinte ordem: contato inicial com os/as estudantes para uma breve explanação da pesquisa; orientação para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constante no Apêndice 1, esclarecimentos sobre o questionário e agendamento para as entrevistas.

Para se tornar participante da pesquisa, foi necessário estar regularmente matriculado no primeiro semestre/módulo do curso técnico em Cozinha na modalidade PROEJA, no campus do IFAL Marechal Deodoro.

Conforme já mencionamos, os resultados desta pesquisa, sobretudo a partir da elaboração do PE, podem contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral, tão necessária à atuação cidadã, tanto no meio social quanto no mundo do trabalho. Dessa forma, por serem os/as estudantes participantes da pesquisa sujeitos sociais, e por serem poderão se beneficiar dos efeitos dela decorrente, principalmente a partir dos conhecimentos adquiridos com o PE.

A coleta de dados ocorreu entre abril e julho do ano de 2024. No primeiro contato, a pesquisadora informou o trâmite do estudo mediante contato em sala de aula. Os/as participantes tiveram conhecimento do objetivo da pesquisa e de como ela seria desempenhada, sendo subdividida em dois momentos, o primeiro a aplicação do questionário e posteriormente a realização da entrevista. Dessa forma, foi explanado que se tratava de uma pesquisa sobre a relação entre o conhecimento de mundo e os conhecimentos socializados no contexto escolar, com vistas ao desenvolvimento da formação humana integral no contexto da EJA EPT.

No primeiro encontro presencial foi realizada a identificação da pesquisadora e ressaltada a importância da participação dos/as estudantes para consubstanciar a pesquisa. Também foram lidos o TCLE e o Termo de Autorização de Uso de Som e Imagem (Anexo 1). Esclarecemos que os/as participantes não precisavam se preocupar com respostas certas ou erradas e que as questões abordadas no Questionário e Roteiro de Entrevista (Apêndices 2 e 3) eram apenas norteadoras das perguntas para as narrativas.

Vale ressaltar que, apesar de as entrevistas ocorrerem nas instalações do IFAL campus Marechal Deodoro, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa, o que garantiu a privacidade e confidencialidade dos relatos, assim como a garantia de que o local escolhido não teria elementos que prejudicassem a narrativa. Quanto ao tempo de duração do relato, que foi gravado e transcrito, não foi definido, para que não houvesse prejuízo nas narrativas de interesse da pesquisa.

De acordo com Rubin e Rubin (1995), o desenho da pesquisa deve ser flexível, interativo e contínuo. O desenho flexível significa que você adapta sua seleção de entrevistados e, talvez até alguma das perguntas, ao avanço do estudo e ao que você encontra de acessível e interessante no campo (Flick, 2009).

As gravações das entrevistas foram realizadas com utilização do programa “Gravador de Voz”, assegurando que a entrevista seria transcrita proporcionando segurança e sigilo aos/às participantes. A pesquisadora realizou as transcrições, propiciando mais um momento de aproximação com os discursos dos/as participantes e garantindo um maior contato com as temáticas da pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2018, p. 321), utilizar-se da entrevista como instrumento de coleta de dados é vantajoso, pois ela “pode ser usada com todos os segmentos da população, há maior flexibilidade e oportunidade para avaliar atitudes e comportamentos, podendo o entrevistado ser mais bem observado e possibilita também a coleta de dados importantes que não se encontram em fontes documentais”.

Ressaltamos que durante a aplicação desse instrumento é necessário direcionar maior atenção às limitações que possam surgir na entrevista, tais como: “a dificuldade de expressão, de comunicação ou incorporação clara dos significados, o que pode levar a uma falsa interpretação, a possibilidade de o entrevistador sofrer influência do indivíduo fornecedor das informações, a retenção de dados importantes, ser longa e não econômica” (Marconi; Lakatos, 2018, p. 322).

A organização das narrativas ocorreu de forma a proporcionar uma estrutura de roteiro para que as análises pudessem ocorrer sem intervenções da pesquisadora, respeitando a integridade e autonomia de cada resposta apresentada. No entanto, as pausas e interrupções se deram nos momentos nos quais os/as entrevistados/as solicitaram esclarecimentos sobre pontos da pesquisa, ou algumas intervenções para coletar informações que não tinham sido contempladas nos relatos dos participantes da pesquisa.

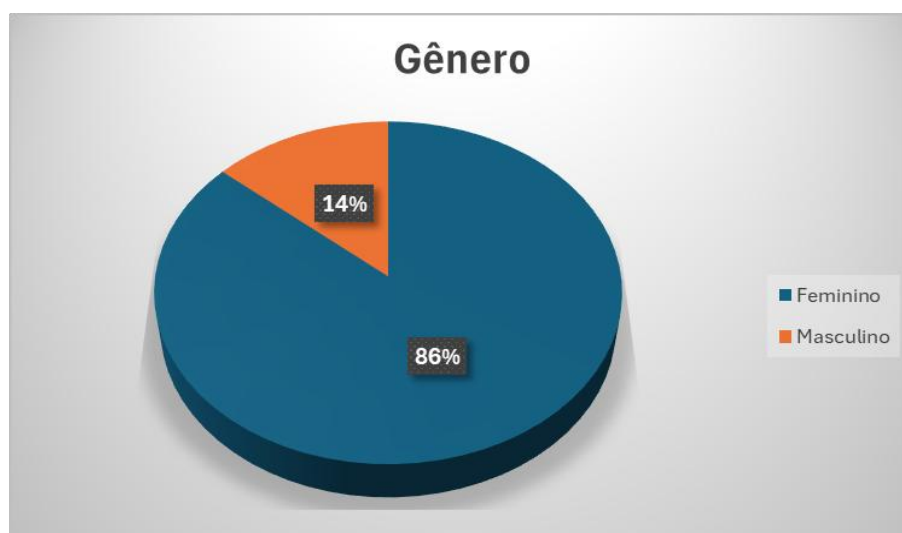
4 RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS DE MUNDO E CONHECIMENTOS ESCOLARES: OS DIZERES DOS/DAS ESTUDANTES

Com objetivo de responder ao questionamento central desta pesquisa, a aplicação da entrevista e questionário aos/às discentes do 1º ano/módulo do Curso Técnico Integrado em Cozinha do Ifal Campus Marechal Deodoro foram narradas a partir de suas singularidades/individualidades e com um olhar transversal às suas histórias, considerando as especificidades de contextos que permeiam a vida desse/as estudantes. As diversas dimensões que surgiram na análise dos dados, algumas de cunho pessoal, outras relacionadas à trajetória profissional, se entrelaçam e influenciam de modo significativo em suas leituras de mundo.

No contexto da pesquisa realizada, um questionário foi aplicado a 22 estudantes, com o objetivo de compreender o perfil e as motivações dos alunos matriculados no curso da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no IFAL. A seguir, apresentamos os resultados obtidos.

Quanto ao gênero, a maioria dos/das discentes é composta por mulheres, totalizando 19 estudantes do gênero feminino, enquanto 3 estudantes se declararam como do gênero masculino, conforme observamos no gráfico abaixo:

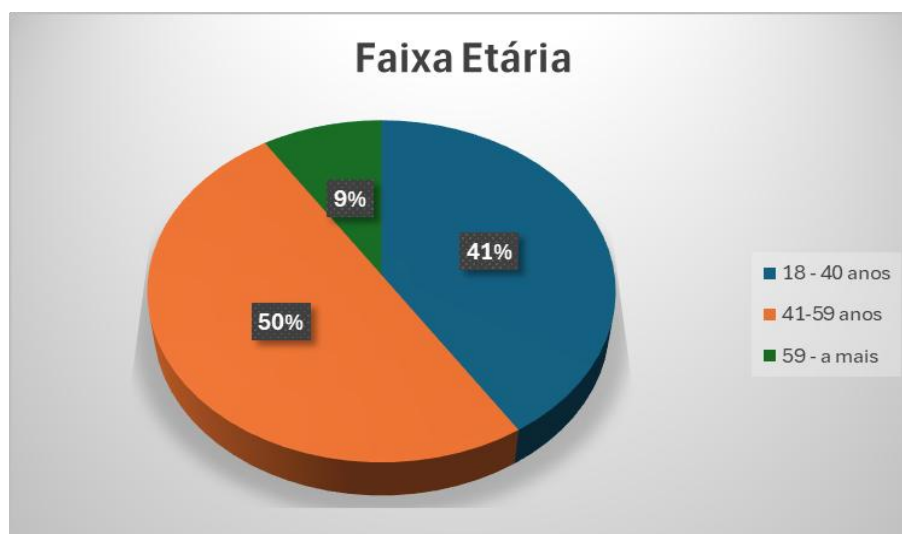
Gráfico 1: Gênero dos/as participantes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os/as participantes da pesquisa estão agrupados em três faixas etárias, destacando a diversidade de idades entre eles/as. Nove possuem entre 18 e 40 anos, onze estão na faixa de 41 a 59 anos, e dois possuem a partir de 59 anos. Para facilitar a compreensão dessa distribuição, apresentamos a seguir um gráfico que ilustra esses dados de forma mais visual.

Gráfico 2: Faixa etária dos/as participantes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ao serem questionados/as se estavam cursando o ensino médio pela primeira vez, 4 estudantes responderam "sim", enquanto 18 afirmaram que já haviam tido essa experiência. Para uma melhor compreensão dessa distribuição, apresentamos a

seguir um gráfico que ilustra os resultados.

Gráfico 3: Experiência no Ensino Médio

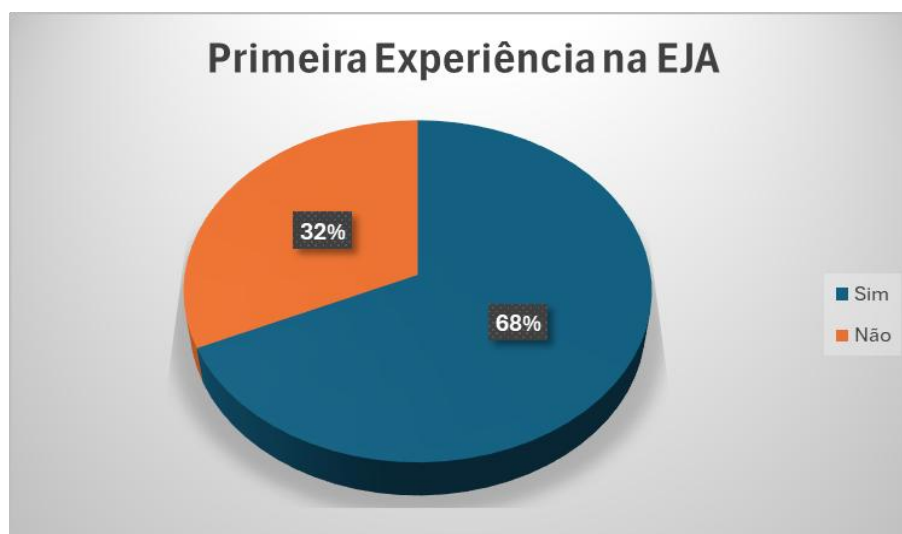


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quanto à experiência com a modalidade EJA, 15 estudantes indicaram que era o primeiro curso que frequentam nesse formato, enquanto 7 já haviam participado de programas similares anteriormente. Para uma visualização mais objetiva dessa

distribuição, apresentamos a seguir um gráfico ilustrativo.

Gráfico 4: Primeira experiência na EJA



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O tempo que os/as estudantes permaneceram afastados da escola antes de ingressar no IFAL apresenta uma ampla variação. Entre os/as respondentes, cinco ficaram fora do ambiente escolar por menos de 1 ano, um por menos de 5 anos, três por mais de 5 anos, cinco por mais de 10 anos e oito por mais de 20 anos. Para uma visualização mais direcionada dessa distribuição, apresentamos a seguir um gráfico

que ilustra os dados.

Gráfico 5: Tempo afastado da escola

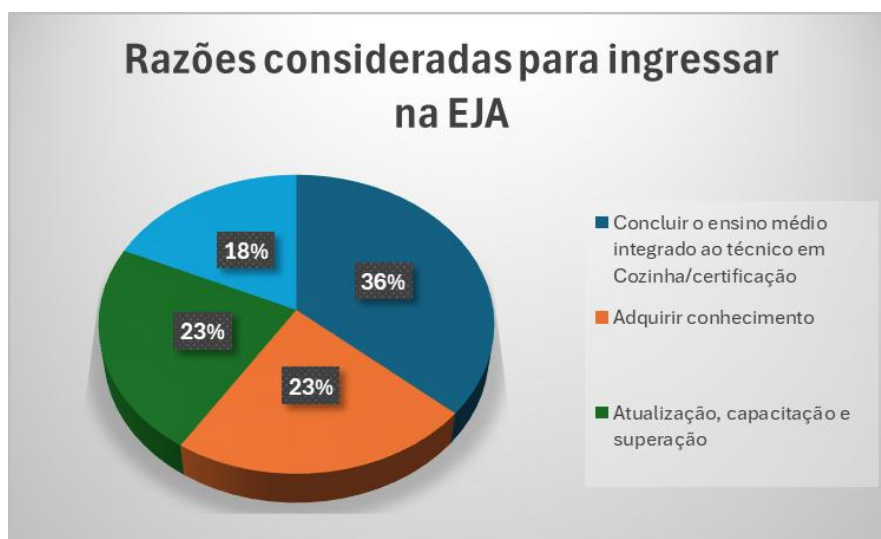


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os/as estudantes apresentaram diversas motivações para ingressar em um curso na modalidade EJA EPT, com destaque para os seguintes fatores: oito participantes buscaram concluir o ensino médio integrado ao técnico em Cozinha e obter certificação; cinco mencionaram o desejo de adquirir conhecimento; outros cinco apontaram objetivos relacionados à atualização, capacitação e superação pessoal; e quatro buscaram melhorar suas chances no mercado de trabalho ou conquistar um emprego melhor. Para uma visualização mais objetiva dessas motivações,

apresentamos a seguir um gráfico ilustrativo.

Gráfico 6: Razões para ingressar na EJA



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nas narrativas, oriundas das entrevistas, foram indicadas as percepções dos/as discentes acerca da relação entre os seus conhecimentos prévios e aqueles socializados no espaço escolar, com vistas a percebermos as implicações dessa relação sem seus processos de formação o qual deve ser integral. Para essa análise,

a entrevista foi conduzida pelas seguintes questões:

Quadro 1: Roteiro de entrevistas

1	Para você o que significa ser cidadão?
2	Como você compreende a relação entre o conhecimento que você adquire na escola e o exercício da cidadania?
3	Você acredita que o conhecimento que você trouxe anteriormente ao ingressar no IFAL contribui para a sua atuação cidadã?
4	Poderia descrever esses conhecimentos?
5	Que direitos você, enquanto cidadão, tem conhecimento?
6	Em qual esfera você entende que o seu direito é menos garantido como cidadão?
7	Em qual esfera você entende que o seu direito é mais garantido como cidadão?
8	Na condição de estudante da modalidade PROEJA, que tipo de conhecimento você gostaria de receber os quais contribuíram para a sua formação integral e, conseqüentemente, para sua atuação cidadã?

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das respostas, elegemos duas categorias de análise: a compreensão, pelos/as estudantes, do que é ser cidadão/cidadã e sua percepção acerca da relação entre seus conhecimentos prévios e os que foram construídos ao longo do processo formativo. Essas categorias estão relacionadas, basicamente, às três primeiras questões do roteiro de entrevista, as quais foram eleitas como balizadoras por serem as que mais se relacionam ao objeto do presente estudo. Além disso, pelo fato de a entrevista não seguir um roteiro rígido, alguns aspectos relacionados a outras questões foram contemplados nas respostas às duas primeiras.

4.1 Compreensão do que é ser cidadão/cidadã

Nesta subseção, apresentamos as respostas dos/as participantes acerca do que demonstram compreender sobre o que é ser cidadão/ã. Estão dispostas as idade e a ocupação de cada estudante, seguida da transcrição de seus dizeres, extraídos

das entrevistas.

Participante 1

Serviços Gerais, 41 anos

A meu ver, ser cidadão é ser uma pessoa consciente. Pessoa consciente que existem diferenças. Existe a necessidade de preservação. Existe a necessidade de uma conservação também. Enfim é a consciência de que nem tudo é o que você espera, entendeu, é o que você quer. Porque às vezes você querer algo é não quer que seja daquele jeito, tem pessoas ao seu redor que não pensam como você. Existe o meio ambiente que você tem que se adaptar a ele, não é ele que tem que se adequar a você. Existe a vida animal, que você que tem que cuidar e preservar, não é ela que tem que te preservar e te proteger. Às vezes as pessoas colocam um cachorro para proteger ela, mas na realidade o cachorro tem que ser protegido pelo dono, ser cuidado pelo dono. Para mim, ser cidadão é isso.

Participante 2

Autônoma, 52 anos, aproximadamente 28 anos fora da sala de aula

Cidadão é assim, a gente ter hoje direitos como: médicos, transporte, essas coisas que a gente precisa para o nosso dia a dia no nosso bem-estar.

Participante 3

Dona de casa, 65 anos, primeira vez que cursa o ensino médio, mais de 25 anos fora da sala de aula

O que significa ser cidadão é existir.

Participante 4

Doceira, 30 anos, 11 anos fora da sala de aula

Difícil. É uma pergunta bem difícil de responder, pois a gente pensa nos direitos dos deveres, mas nem sempre a gente cumpre os deveres e temos os nossos direitos

garantidos.

Participante 5

Aposentada, 59 anos, já cursou o ensino médio

Não saberia responder.

Participante 6

Auxiliar de Sala, 36 anos, mais de 20 anos fora da escola

É poder ter o livre arbítrio. Assim, você dar sua opinião e também ouvir a do outro, para ter a certeza se é aquilo ou não.

Participante 7

Estudante, 23 anos, a primeira vez cursando ensino médio, ficou 4 anos fora da escola

Significa ser uma pessoa honesta na sociedade.

Participante 8

Estudante, 43 anos, cursando pela primeira vez o ensino médio após 15 anos fora da sala de aula

Na verdade cada um tem o seu papel no mundo.

Participante 9

Marisqueira, 65 anos, pela primeira vez cursando o ensino médio, após 37 anos

É ser uma pessoa de bem, que saiba atender as pessoas, são as coisas que eu tenho na minha mente”.

Participante 10

Estudante, 47 anos, já cursou o ensino médio completo

Primeiramente respeitar os limites meu e do próximo. Seguir às leis, as leis tá [sic.] aí para todos. Todos nós vivemos em sociedade e em comunhão, apesar de ser muito difícil por causa da política. A política está estragando o ser humano de todas as formas. Mas que enquanto nós pudermos passar isso para os nossos filhos e os

nossos netos a gente vai ter uma boa convivência com o próximo.

Participante 11

Do lar, 53 anos, há 30 anos fora da escola

É ser uma pessoa que existe.

Participante 12

Auxiliar Educacional, 55 anos

Que eu sou uma pessoa que existe para a sociedade.

Participante 13

Trabalhador Agropecuário, 38 anos, finalizou o ensino médio há pouco tempo

Cidadão é uma pessoa que tem seus direitos e deveres. Tem a dignidade humana e o direito de viver. Geralmente no Brasil a maioria não vive, sobrevive.

Participante 14

Merendeiro Escolar, 57 anos, há 27 anos fora da escola

Cidadão é algo tão complicado hoje de ser, pois vemos muitos desmandos. Cidadão é você honrar pelo menos seu local que você vive, prestar cidadania. O próprio nome diz, colaborar com a sociedade.

Participante 15

Do lar, 51 anos

Eu entendo muito mal, eu não entendo. Eu não consigo compreender.

Participante 16

Diarista, 37 anos, 18 anos fora da escola

Uma pessoa exercer a cidadania, de votar.

Participante 17

Dona de casa, 29 anos, está há 10 anos fora da escola

É ser humano, independente.

Ao analisarmos os dizeres dos/as estudantes acerca da compreensão sobre o que é ser cidadão/cidadã, observamos visões diversas, mas em muitos casos, simplificadas, refletindo tanto a falta de compreensão crítica quanto uma percepção

voltada para aspectos mais imediatos e cotidianos da vida em sociedade. Enquanto alguns compreendem “cidadania” em termos de direitos e deveres - como preconiza a Constituição Federal (CF/1988) - outros a veem de forma mais subjetiva, relacionada à moralidade, convivência e dignidade.

Sob a ótica de Freire (1996; 1987), a “cidadania” vai além do cumprimento das leis ou da adesão a normas sociais. Ela envolve o processo de conscientização, a reflexão crítica sobre a realidade e a transformação dessa realidade por meio da participação ativa do do sujeito na sociedade e, por conseguinte, no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a concepção de educação para a cidadania alinha-se ao conceito de formação humana integral e pressupõe a ideia de que “as pessoas se apropriam de conhecimentos relacionados mais imediatamente com o mundo da produção. Por isto, o direito à educação em todos os níveis e modalidades é um das condições fundamentais para a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano” (Ramos, 2012, p. 109). Assim, cidadania deve ser entendida como um processo dinâmico e educativo, que se fortalece à medida que os indivíduos se tornam mais conscientes de seu papel na sociedade e se engajam ativamente na construção de um mundo mais justo e igualitário.

Apesar da importância da compreensão do que seja cidadania em seus processos formativos, verificamos que alguns participantes, como o 5 e o 15, demonstraram dificuldades em entender esse conceito. A esse respeito, concordamos com Freire (2016), quando afirma que a educação pode desempenhar um papel fundamental em despertar a conscientização crítica do sujeito sobre seus direitos e deveres.

Por outro lado, participantes como o 3, que definiu a cidadania como "existir", e o 9, que a relacionou a "ser uma pessoa de bem, que saiba atender as pessoas", demonstram uma compreensão simplista e subjetiva do que seja cidadania. Embora essas respostas possam parecer limitadas, elas podem ser interpretadas como reflexões iniciais sobre a importância de se viver de maneira ética, como cidadãos que contribuem para uma convivência social em uma sociedade permeada por conflitos sociais e luta de classes, pois retomando Freire (1996), em sociedades estruturada na desigualdade e em conflitos sociais, o processo formativo ocorre de forma a combater a reprodução de sujeitos, trabalhadores e cidadãos, passivos, resignados e

submissos.

A partir da reflexão freiriana sobre o processo educativo, o qual concebe a cidadania como um processo de conscientização e ação, algo que envolve o reconhecimento do ser humano e da sua capacidade de agir na sociedade, destacamos a percepção desse conceito no participante 16. O participante apresenta uma visão objetiva de cidadania, associando-a ao exercício do voto, o que está diretamente relacionado à participação política. Isso se alinha com a visão de Freire (1987), que enfatiza a cidadania como prática crítica e consciente de participação na transformação da sociedade. Para Freire, ser cidadão é muito mais do que simplesmente cumprir regras; é tomar parte ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Destacamos, dessa forma, como o participante 1 concebe cidadania de forma mais ampla, entendendo-a como a consciência de cuidar do meio ambiente, da vida animal e das relações humanas. Essa visão se aproxima da ideia de Freire (1996), que destaca a importância de ser cidadão não apenas no contexto de uma nação, mas como parte de um sistema interconectado, no qual o respeito ao outro e ao planeta é essencial para a transformação social.

A partir do recorte de alguns dizeres dos/as estudantes, verificamos que, em algumas respostas, a compreensão do que é ser “cidadã/cidadão” ainda apresenta ou uma ideia equivocada ou uma visão limitada.

Compreendemos, assim, que as lacunas conceituais apresentadas implicam investimento no tocante tanto ao trabalho pedagógico quanto ao currículo, principalmente quando, no contexto da EJA EPT, o conhecimento proposto pela escola intenciona tanto a profissionalização quanto a atuação cidadã. Nessa relação entre trabalho pedagógico e currículo, é importante destacar que,

[...] a política curricular é um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados - em suma, de culturas. É também a maneira de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o ensinável (Brasil, 2003, p. 35).

A partir dessa reflexão e da consideração de que a Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica configura-se como uma política educacional que busca promover uma formação humana integral, unindo o desenvolvimento humano, social e político à profissionalização, reconhecemos que o exercício da cidadania não se dá apenas pelo domínio técnico, mas também pela

capacidade de compreender criticamente o mundo e atuar de forma ética e consciente na sociedade. Para isso, é fundamental que o trabalho pedagógico e o currículo estejam alinhados, garantindo que os saberes selecionados e organizados sejam significativos e contextualizados para atender à realidade dos/as estudantes.

4.2 Percepção acerca da relação entre seus conhecimentos prévios e os que foram construídos ao longo do processo formativo

Aqui apresentamos as respostas dos/as participantes em relação à indagação acerca de suas compreensões sobre a identificação da relação entre o conhecimento escolar e a atuação cidadã. A forma de apresentação segue o mesmo formato da subseção anterior.

Participante 1
Serviços Gerais, 41 anos

Eu acredito que assim, está tudo relacionado. O que eu aprendo na escola eu não devo colocar como um livro na prateleira, mas sim, eu devo levar comigo para aplicar no meu dia a dia também. Não importa o que seja e em que área, na matemática, vou ter meios de usá-lo no meu dia a dia. E também de uma forma para ajudar outros, para enquadrar o meio que me cerca, seja na história, seja na geografia. A forma como eu vou lidar com o outro, o que eu aprendo na escola, por exemplo, a história me mostra muito as coisas que aconteceram no passado que se for fazer hoje, vai continuar havendo conflito, as pessoas ignoram os acontecimentos, os exemplos que nós temos do que já passou. Por isso, a gente tem que usar que a gente aprende na escola para exercer a nossa cidadania, por isso está relacionado.

Participante 2
Autônoma, 52 anos, aproximadamente 28 anos fora da sala de aula

Bem, o conhecimento da escola vai nos proporcionar dar condições de crescermos como pessoas lá fora. Porque sem o conhecimento hoje a gente não consegue fazer muita coisa lá fora. Com o conhecimento da escola a gente vai agregar valores dentro da empresa, porque se você tem uma boa educação você vai desenvolver melhor o

seu serviço dentro do que a empresa está pedindo.

Participante 3

Dona de casa, 65 anos, primeira vez que cursa o ensino médio, mais de 25 anos fora da sala de aula

Eu acho que o conhecimento que obtemos na escola é essencial para a cidadania .

Participante 4

Doceira, 30 anos, 11 anos fora da sala de aula

Um pouco, o que mais é exercício do cidadão são os valores de casa. A gente aprende mais em casa e o complemento na escola.

Participante 5

Aposentada, 59 anos, já cursou o ensino médio

Sim.

Participante 6

Auxiliar de Sala, 36 anos, mais de 20 anos fora da escola

Sim, a gente tem que exercer e contribui e muito.

Participante 7

Estudante, 23 anos, a primeira vez cursando ensino médio, ficou 4 anos fora da escola

Sim, tem relação.

Participante 8

Estudante, 43 anos, cursando pela primeira vez o ensino médio após 15 anos fora da sala de aula

O conhecimento que a gente adquire vai nos ajudar para o resto da vida, então vai nos ajudar a cada dia nós lutarmos pelos nossos direitos. Pois cada vez mais que buscamos conhecimentos nós estamos mais esclarecidos com as coisas. Quando nós somos ignorantes, nós não temos conhecimento das coisas. E tendo o conhecimento

nós já temos o direito de buscarmos .

Participante 9

Marisqueira, 65 anos, pela primeira vez cursando o ensino médio, após 37 anos

Com certeza, tem relação e me ajuda e muito na garantia dos meus direitos.

Participante 10

Estudante, 47 anos, já cursou o ensino médio completo

Sim, eu acho que tem tudo a ver, mas apesar que é como eu te disse né, a prática é uma coisa, a teoria é outra. A gente tem que praticar lá fora o que a gente estuda, o nosso conhecimento tem que ser aplicado. Pois, o que adianta a gente estudar tanto, se formar e quando chegar na sociedade fazer tudo errado, não respeitar, não saber dos nossos direitos, do direito do próximo.

Participante 11

Do lar, 53 anos, há 30 anos fora da escola

Eu acho que aqui na escola é tudo de bom, os professores fazem de tudo para a gente evoluir, na rua não é assim mais. Eu vivo dentro de casa, fazendo as coisas de casa, doméstico ou vou trabalhar em casa de família.

Participante 12

Auxiliar Educacional, 55 anos

Tem relação.

Participante 13

Trabalhador Agropecuário, 38 anos, finalizou o ensino médio há pouco tempo

Sim, o ensinamento da escola ele é muito essencial para que a gente tenha uma educação e um bom modo de vida em sociedade em geral.

Participante 14

Merendeiro Escolar, 57 anos, há 27 anos fora da escola

Um complementa o outro. O conhecimento da rua é o que adquire da experiência da vida. O conhecimento da escola é o técnico, específico para uma formação.

Participante 15

Do lar, 51 anos

É uma relação compreensiva, tem relação, mas não sei explicar.

Participante 16

Diarista, 37 anos, 18 anos fora da escola

Não tem relação. A escola é uma e a cidadania é outra. Porque na escola ensina coisas diferentes, na cidadania não ensina a mesma coisa. São coisas diferentes.

Participante 17

Dona de casa, 29 anos, está há 10 anos fora da escola

O conhecimento que eu tenho da escola é um pouco diferente da cidadania. Não tem relação o conhecimento da escola com a cidadania.

A análise das respostas dos/as participantes sobre a relação entre os conhecimentos prévios e aqueles construídos ao longo do processo formativo indica que a maioria dos/as entrevistados/as reconhece uma relação intrínseca entre o aprendizado escolar e o exercício da cidadania. Participantes como o 1 e o 10 destacaram que o conhecimento adquirido na escola pode ser aplicado na vida prática, especialmente no convívio social e na compreensão histórica, o que evidencia uma visão de que o processo formativo deve transcender o conteúdo escolar e se conecta diretamente ao cotidiano. A esse respeito, Freire (1996) afirma que,

[...] no fundo, passa despercebido a nós que foi aprendendo socialmente que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar. Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios – A Educação na Cidade (Freire, 1996, p. 44).

Da mesma forma, os participantes 2, 8 e 13 enfatizaram que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, possibilitando uma

maior clareza sobre a natureza do curso e da modalidade na qual estão inseridos. Na mesma direção, os participantes 3, 8 e 9, afirmaram que o conhecimento escolar é fundamental para a cidadania, pois amplia a capacidade de buscar direitos e de atuar de maneira consciente na sociedade. Ainda em consonância com Freire (1996; 1987), compreendemos que esses relatos vão ao encontro da ideia de que um processo formativo emancipatório possibilita a transformação da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo. Dessa forma, destacamos a ideia de que a cidadania, quando associada à formação educacional, permite um exercício mais crítico e ativo no meio social. Por outro lado, algumas respostas revelaram compreensões ainda incipientes acerca da ou desconectadas da relação entre escola e cidadania.

Em outra direção, embora não menos importantes nem excludentes, participantes como o 4 e o 14 atribuíram maior destaque ao aprendizado adquirido fora da escola, nos valores familiares ou na vivência prática, enquanto os participantes 16 e 17 declararam que não veem uma relação direta entre os conhecimentos escolares e a cidadania, considerando-os como esferas distintas. Essas percepções indicam uma dificuldade em integrar o conhecimento técnico e teórico ao desenvolvimento de conhecimentos sociais e éticos, possivelmente refletindo lacunas no processo formativo ou na articulação prática da escola com a vivência cidadã.

A resposta dos participantes como o 15, que reconhece tal relação, mas não consegue explicá-la, sugere uma percepção intuitiva da importância da escola, embora falte clareza ou repertório para expressar essa relação de forma concreta: *É uma relação compreensiva, tem relação, mas não sei explicar* (Participante 15).

Diante do que foi extraído durante a pesquisa, por meio da aplicação dos instrumentos de coletas, o questionário e a entrevista, é notório que a escola tem um papel fundamental na construção da formação humana integral dos seus estudantes. Nesse contexto da EJA EPT, entendemos que o itinerário formativo interrompido causa danos à formação dos sujeitos dessa modalidade. É por essa razão que reafirmamos, com base nos marcos legais da EJA EPT que essa modalidade deve estar apta a propiciar uma educação reparadora, equalizadora e qualificadora. E desta forma, poder garantir aos jovens, adultos e idosos que um conhecimento escolar associado ao conhecimento de mundo, de forma integral.

As entrevistas também revelaram aspectos relacionados às formações familiares, acontecimentos importantes na trajetória de vida, casamentos, filhos e dificuldades apresentadas ao longo da vida, tais como dificuldade no percurso escolar,

conquistas, desigualdades enfrentadas, necessidades de interrupção no percurso informativo, entre outros.

A partir das análises, compreendemos que, para muitos participantes, a escola é percebida como um espaço relevante para a formação cidadã, mas que ainda há desafios em integrar plenamente os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a prática da cidadania no cotidiano, constituindo-se como uma lacuna. Essa lacuna demanda uma educação que não apenas transmissão de conhecimentos técnicos, mas que também fomente a reflexão crítica e a aplicação prática dos valores éticos e sociais, alinhando-se à concepção de formação humana integral.

Essa constatação aponta para a necessidade de um trabalho pedagógico que articule conteúdos escolares com situações reais de cidadania, de forma a promover tanto a compreensão da realidade social, bem como nela atuar, de forma crítico-reflexiva. Nessa direção, como forma de contribuir para essa demanda, apresentamos o Produto Educacional, oriundo das reflexões desta pesquisa.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A presente pesquisa situa-se no contexto de um Mestrado Profissional. Nesse sentido, deve cumprir alguns requisitos regimentais, sendo um deles a apresentação de um Produto Educacional (PE) o qual advém do resultado dos estudos realizados. De acordo com Rôças e Bomfim (2018),

[...] aos que buscam a modalidade de Mestrado e/ou Doutorado Profissional, é instado não apenas a desenvolver produtos e ou técnicas mas a compreender a sua prática de maneira mais reflexiva”, buscam formar docentes capazes de elaborar perguntas de pesquisa que emergem de sua prática, apreendendo referenciais teórico-metodológicos capazes de auxiliá-los a problematizá-la (Roças; Bomfim, 2018, p. 5).

Nesse processo, portanto, não se prescinde da apresentação do PE, configurando-se, dessa forma, como de caráter compulsório. É preciso enfatizar o caráter compulsório do PE, pois

[...] por força de lei, a modalidade profissional necessita estabelecer uma interlocução com demais setores da sociedade, extrapolando os muros da academia e promovendo “transferência de tecnologia” científica e/ou cultural, bebendo na fonte da pesquisa aplicada, além de ampliar o tempo de exposição e reflexão do profissional aos referenciais teórico-metodológicos de cada área de conhecimento (Rôças; Moreira; Pereira, 2018, p. 61).

Ao considerarmos a natureza do PE, e sua relação com a concretude de pesquisas realizadas no âmbito de um mestrado profissional, foi elaborado um produto educacional materializado em um livro-jogo, o qual pode ser configurado como um recurso complementar na construção de conhecimentos, principalmente de sujeitos que frequentam a EJA e/ou a EJA EPT.

Compreende-se que esses conhecimentos, necessários para uma atuação cidadã na vida e no mundo do trabalho, considerando que esses sujeitos tiveram seu itinerário informativo interrompido em função de diversos fatores, e que essa interrupção causou uma deficiência de conhecimentos, e em alguma medida, a escola não os contemplou.

À medida que a pesquisa foi desenvolvida e os resultados foram aparecendo, ratificando a problemática central da pesquisa, desenvolvemos o PE, como uma forma contribuir para minimizar lacunas relativas ao conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa.

Conforme já mencionamos, o livro-jogo foi construído a partir de constatações oriundas da análise dos dados coletados na pesquisa, em consonância com temáticas ligadas à formação humana integral, pois sua base centra-se na relação entre os conhecimentos prévios e os conhecimentos escolares, com os quais os sujeitos da pesquisa mantêm contato, contribuindo, dessa forma, para complementar sua formação cidadã. Em suas páginas, portanto, o livro apresenta, de forma lúdica, conteúdos fundamentais para uma melhor atuação social.

5.1 O livro-jogo

De acordo com o artigo “Aventurando-se em dupla: um estudo de caso de dois livros jogos de Brasil e Hungria”, de Silva (2021) e Silva (2019), o livro-jogo é um gênero textual híbrido. Logo, esse híbrido textual possui tanto as características de livro – precisa ser lido, possui páginas, caixas de textos, entre outros elementos – quanto de jogo – possui sistema de regras, ficha de anotações, uso de elementos lúdicos exteriores como dados ou cartas de baralho, entre outros.

Para Gonçalves e Rodrigues (2013), o livro-jogo é o tipo de livro no qual o leitor participa da história através de escolhas que afetam o curso da narrativa. Dessa forma, esse tipo de livro possibilita ao leitor-jogador realizar escolhas e, a depender das decisões tomadas, ter a possibilidade de avançar ou retroceder nas páginas dessa leitura lúdica.

É importante destacar que na dinâmica adotada pelo livro-jogo, a leitura de forma sequencial não apresentará lógica alguma ao leitor-jogador. Outra peculiaridade desse recurso é que não há grupo, pois a missão é dada apenas para um/a personagem: o protagonista, controlado pelo leitor (aqui chamado de leitor-jogador). O que ocorre na aventura é papel do próprio narrador do livro-jogo.

Nesse sentido, Silva (2016) considera que a leitura de um livro-jogo pode ser uma tarefa atrativa, pelo fato de a leitura não linear possibilitar estratégias ao jogador, no caso ao discente. Entendemos, assim, que uma atividade dessa natureza, consideradas as temáticas e o perfil de estudantes da EJA, é propícia a esse contexto.

É importante destacar que o livro-jogo se constitui como uma “aventura-solo, [...] uma importante ferramenta pedagógica, porque desenvolve a criatividade, a socialização, a interatividade e a leitura” (Carvalho, 2011, p.8).

Os livros-jogos possuem grande potencial de leitura e ensino, pois a imersão

provocada nos jovens é fator fundamental para atrair o interesse de leitores-jogadores; quem está totalmente envolvido numa narrativa prazerosa sabe que pode comparar tal experiência com um mergulho no oceano, envolto por uma realidade não-natural que se apodera da atenção desse leitor-jogador, tirando-o da zona conhecida e lhe proporcionando a prazerosa sensação de explorar a zona do desconhecimento (Murray, 2003, p.102).

Quando pensamos em produzir um PE configurado em um livro-jogo, como forma de contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral no contexto da EJA EPT, consideramos motivação para a participação ativa que esse tipo de livro provoca, sobretudo porque ela enseja tomada de decisões a qual já mobiliza determinados conhecimentos. Por essa razão, concordamos com Schmit (2008), quando afirma que o livro-jogo pode ser uma alternativa de material didático. E de relevante significação, o livro-jogo sendo adotado como instrumento metodológico de aprendizado tem como diferencial possuir, mais do que narrativa, um componente lúdico.

Segundo Carvalho (2011), o livro-jogo é um recurso didático de extrema importância como incentivo à leitura, que no contexto da EJA EPT, é uma prática relevante no processo formativo. Isso porque o ato de ler, segundo Goulemont (2009, p. 108),

[...] é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu [...]. Ler é, portanto, constituir e não reconstituir sentido.

Essa compreensão acerca da leitura expressa por Goulemot (2009) dialoga com o que Freire, em sua obra “A importância do ato de ler”, afirma sobre essa prática. segundo o autor, a leitura

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. linguagem e realidade se prendem dinamicamente. a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 2011, p. 19-20).

Os fundamentos acerca da leitura, considerada como prática imprescindível no processo formativo dos sujeitos, e o resultado da aplicação dos questionários e entrevistas aos/às discentes do curso Técnico de cozinha (EJA EPT) do Ifal, Campus Marechal Deodoro, foi elaborado um livro-jogo no qual foram abordadas temáticas voltadas para formação humana integral, com foco no conceito de cidadania, pensado tanto na atuação social quanto no mundo do trabalho, conforme preconizam as bases conceituais da EPT.

Ao pesquisarmos sobre produtos educacionais dessa natureza, foi realizado um levantamento sistemático, considerando a especificidade e o teor de inovação do livro-jogo que apresentamos. Em consulta realizada na plataforma “Educapes”, utilizando como palavra-chave: livro-jogo, encontramos um PE intitulado “Livro-jogo de xadrez”, voltado para as temáticas de Matemática; Xadrez; Livro-jogo; Ensino Fundamental. Na consulta voltada para livro-jogo na EJA, não apareceu nenhum PE.

Na plataforma “Observatório”, ao buscarmos como palavra-chave EJA, apareceu um PE cujo título é “A formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para atuação no PROEJA”, voltado para atuação do NAPNE na EJA. E com a nomenclatura “livro-jogo”, não foi encontrado nenhum PE. Dessa forma, um Produto Educacional intitulado de Livro-Jogo voltado para a modalidade EJA EPT sob o contexto da formação humana integral não foi encontrado nos repositórios.

Nosso PE, intitulado, **Eu no mundo e no mundo do trabalho: sou cidadão, tenho direitos e deveres**, foi aplicado no contexto do Ifal, portanto lido e avaliado pelos/as participantes da pesquisa, ou seja, estudantes do no primeiro semestre/módulo do curso técnico em Cozinha na modalidade EJA EPT, no campus do IFAL Marechal Deodoro.

. No momento da leitura, a qual precedeu à avaliação, a pesquisadora, e também autora, apresentou a dinâmica de leitura do livro-jogo e, a partir dessa explanação os participantes, leitores/as, tiveram a possibilidade de adquirir novos conhecimentos a partir da abordagem proposta.

O livro-jogo está disponível, na íntegra, no apêndice 2, após aplicado e validado. A seguir, apresentamos a avaliação dos/as participantes da pesquisa, suas impressões do livro-jogo a partir de suas experiências de leitura.

5.2 Avaliação do Produto Educacional

A avaliação do livro-jogo ocorreu no dia 23 de outubro de 2024, sob a regência de uma professora da área técnica do curso, a qual permitiu que fosse realizada a aplicação e posterior avaliação do livro-jogo aos/às estudantes que participaram da pesquisa.

Inicialmente foram dadas orientações acerca dos procedimentos de avaliação do Livro. Na ocasião, a professora ratificou a relevância da avaliação do PE como etapa significativa para a conclusão do mestrado profissional, e assim, permitiu que a pesquisadora realizasse a explanação do PE, fornecesse as primeiras orientações e a distribuição de um protótipo do livro-jogo para cada estudante, com o objetivo que cada um/a tivesse a autonomia de realizar a leitura e a condição necessária à avaliação. Neste momento, foi informado que posteriormente o livro-jogo teria o seu formato definitivo, com mais imagens e cores.

Ao iniciar a leitura do livro-jogo e passar as principais orientações nele contidas, foi ressaltado que a leitura não poderia ocorrer de forma linear, e sim, conforme as orientações postas nas páginas dele. Desta feita, a pesquisadora iniciou a leitura junto com a turma. Foi perceptível que alguns/as conseguiram, de forma autônoma, seguir as orientações contidas no livro-jogo, seguindo passo a passo, tal qual sua proposta. Contudo, uma parte minoritária da turma apresentou dificuldades ao manusear o Livro, sem saber ao certo como avançar na leitura e buscar as informações necessárias.

Considerando a percepção de dificuldade apresentada por uma parte do grupo, a pesquisadora optou por realizar a leitura em grupo para facilitar e auxiliar os estudantes com dificuldades, assim conseguimos avançar na leitura e na proposta do livro-jogo, que é estimular a leitura de forma lúdica e propiciar conhecimentos voltadas para a formação cidadã dos estudantes da EJA EPT.

Ao avançar a leitura, surgiu a participação coletiva da turma ao tratar da temática da importância da inclusão do CPF na nota fiscal. Alguns/as alunos/as informaram que sempre tiveram receio em colocar o CPF na nota, acreditando que seria uma forma de o governo controlar os gastos da população. Contudo, o livro-jogo pontua essa temática e esclarece aos/às discentes que a inclusão do CPF na nota fiscal é uma forma de o/a cidadão/ã coibir a sonegação de impostos, podendo ainda contribuir para a geração de benefícios para a população em geral.

À medida que a leitura foi avançando os conhecimentos propostos pelo PE contribuíram para as lacunas evidenciadas durante a aplicação da pesquisa, questionários e entrevistas, assim foi possível vislumbrar no olhar daqueles/as alunos/as a satisfação de se sentirem contemplados/as nas temáticas abordadas.

O PE foi submetido à avaliação por 17 discentes do curso de Cozinha, modalidade EJA EPT, do Instituto Federal de Alagoas, Campus Marechal Deodoro, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2: Questionário para avaliação de Produto Educacional (PE)

1- Quais suas percepções acerca do livro-jogo?	
Participante 1	Bem organizado, informações essenciais para um leitor com pouca informação.
Participante 2	Gostei, ele é muito bom porque me lembrou e esclareceu algumas coisas que eu não sabia.
Participante 3	Traz bastante informação importante.
Participante 4	Trouxe bastante informação.
Participante 5	Achei muito interessante, pois aprendi algumas coisas que não sabia.
Participante 6	Gostei muito.
Participante 7	Foram ótimas.
Participante 8	Fazer as pessoas buscarem seus direitos.
Participante 9	É que o livro-jogo traz muita oportunidade para quem ficou muito tempo sem estudar.
Participante 10	O livro-jogo dispõe de informações claras e de uma forma interessante abordando temas de suma importância para todos os cidadãos.
Participante 11	Pude perceber a importância dos estudos na minha vida, porque de modo geral me prepara para ser uma boa cidadã, como também cobrar meus direitos.
Participante 12	Depois da leitura, o meu conhecimento melhorou.
Participante 13	A leitura do livro é difícil, mas é importante.

Participante 14	Eu gostei, e tudo que está no livro é pura verdade.
Participante 15	Sim, gostei bastante do ensinamento.
Participante 16	O livro foi importante.
Participante 17	Este livro é muito interessante e esclarecedor.
2- O formato da leitura do livro-jogo para você é interessante?	
Participante 1	Muito interessante, nos estimula ao saber, nos deixa curiosa em cada assunto.
Participante 2	Com certeza, ele esclarece muito os nossos direitos e deveres como cidadão.
Participante 3	Sim.
Participante 4	Sim
Participante 5	Sim.
Participante 6	Sim.
Participante 7	Foi sim, esclarecedora.
Participante 8	É refletir, pensar e mudar seu ponto de vista.
Participante 9	Sim, pois é muito bom saber os nossos direitos.
Participante 10	Sim, o formato é muito interessante e prende a atenção do leitor.
Participante 11	Muito.
Participante 12	Não só interessante, mas também informativo.
Participante 13	O livro-jogo é interessante, é muito importante para as pessoas.
Participante 14	Sim.
Participante 15	Sim.
Participante	Sim, achei importante.

16	
Participante 17	Sim.
3-O que você mudaria no livro-jogo?	
Participante 1	Não mudaria, está bem detalhado. Está abordando vários assuntos sérios que precisam ser refletidos e analisados.
Participante 2	Nada.
Participante 3	Nada, está perfeito.
Participante 4	Nada.
Participante 5	Nada.
Participante 6	Não mudaria nada.
Participante 7	Nada.
Participante 8	Só incluir imagem, capa e ilustrações.
Participante 9	Não.
Participante 10	Eu falaria um pouco mais sobre o sistema único de saúde e o FIES.
Participante 11	Nada.
Participante 12	Enfatizaria a relevância que o PROEJA tem, além de dar oportunidades de se alcançar uma profissão, mas contribui para o nosso crescimento pessoal, que nos transforma em cidadãos mais conscientes.
Participante 13	Adaptação para acessibilidade em libras.
Participante 14	Na minha opinião eu não mudaria nada. Porque tudo que tem no livro-jogo é a pura realidade.
Participante 15	Não.
Participante 16	Não mudaria nada.
Participante 17	Eu mudaria que fosse mais simples e menos confuso.
4- As informações contidas no livro-jogo para você são relevantes para o	

seu cotidiano?	
Participante 1	Sim, muito relevante e essencial.
Participante 2	Com certeza, ele me esclareceu coisas que eu não sabia, agora já sei como me portar.
Participante 3	Sim.
Participante 4	Sim.
Participante 5	Sim.
Participante 6	Sim, o livro-jogo é relevante para o dia a dia.
Participante 7	São muito importantes, pois também me esclareceu uma dúvida sobre a nota fiscal.
Participante 8	Sim, para muitos que não sabem seus direitos.
Participante 9	Sim, é muito importante ter conhecimentos.
Participante 10	Sim, todas as informações são válidas e muito necessárias.
Participante 11	Sim, pois além de aumentar meu conhecimento, ainda abre um leque de curiosidades que podem me ajudar a adquirir mais conhecimento.
Participante 12	Sim, pois as informações foram de grande valia para minha compreensão principalmente quanto aos meus direitos e deveres na vida profissional.
Participante 13	O livro-jogo é importante a gente aprende com o que está sendo passado.
Participante 14	Com certeza.
Participante 15	Sim, para o meu aprendizado.
Participante 16	Sim, foi importante.
Participante 17	Sim, ajudou muito nas questões do dia a dia. Foi muito importante.
5- Você sentiu dificuldade em entender a sequência da leitura? Se sim, por que?	
Participante 1	Não, muito bem explicado e detalhado. Parabéns pelo

	produto educacional.
Participante 2	Não.
Participante 3	Não.
Participante 4	Não.
Participante 5	Não.
Participante 6	Não senti dificuldade.
Participante 7	Não.
Participante 8	Não.
Participante 9	Não, não senti dificuldade nenhuma.
Participante 10	Não senti dificuldade, consegui ler perfeitamente e entendê-lo.
Participante 11	Não.
Participante 12	Não, porque a leitura foi objetiva e de fácil entendimento.
Participante 13	É difícil para o surdo, necessário rever para uma leitura facilitada.
Participante 14	Sim, eu senti dificuldade de entender, mas depois a professora veio e me explicou e eu entendi muito bem.
Participante 15	Sim, algumas coisas ficaram confusas.
Participante 16	Sim, tive dificuldade.
Participante 17	Sim, um pouco, poderia ser menos confuso.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das contribuições dos discentes na avaliação, o livro-jogo tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sobre as temáticas a serem ofertados, como bem foi apontado, tratar mais sobre Sistema Único de Saúde-SUS e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior- FIES. Foi apontada também a necessidade de acessibilidade ao livro-jogo aos deficientes auditivos, em virtude, de uma das discentes avaliadas ser surda, mesmo acompanhada do intérprete de libras,

ela apresentou dificuldades.

Apesar das dificuldades e contribuições apresentadas, a partir da avaliação dos discentes para a qual foi utilizado um questionário (Apêndice 5), o PE foi considerado adequado para um trabalho que venha a ser realizado no contexto da EJA EPT com vistas a contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a EPT está situada em um contexto de disputas, num conflito de interesses no qual a classe dominante tenta se sobrepor às classes menos favorecidas. Da mesma forma, está a conjuntura da EJA EPT, com o agravante de, em tal modalidade, os/as estudantes que ela frequentam apresentarem especificidades no percurso de formação, seja por ele ter sido interrompido ou por ter iniciado tardiamente.

Refletir sobre esse contexto na condição de pesquisadora é, de certa forma, contribuir para que o processo formativo ocorra de modo a contribuir para melhorar a condição dos sujeitos imersos em um contexto de desigualdade, em lutas constantes, para resistir a um sistema que privilegia o capital em detrimento do ser.

É necessário não prescindir da ideia de que o exercício pleno da cidadania exige a integração de conhecimentos pertencentes às múltiplas dimensões do ser humano. Tais conhecimentos são construídos ao longo do processo histórico e social nos quais os sujeitos estão imersos, envolvendo tanto aqueles presentes no ambiente escolar quanto os socialmente construídos.

Foi a partir dessas reflexões que se situou a presente pesquisa, que refletiu sobre a relação entre os conhecimentos socialmente construídos por estudantes da EJA EPT e aqueles socializados no espaço escolar. A pesquisa foi orientada por duas questões. A primeira, buscou identificar se havia relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes da EJA EPT e a segunda, identificar quais as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes.

Conforme apresentado ao longo deste estudo, verificamos que a relação entre esses conhecimentos ainda precisa ser melhor estabelecida, pois ainda há alguns desencontros, o que requer uma atenção no que diz respeito ao trabalho pedagógico, de forma a ofertar aos/às estudantes, sobretudo os da EJA EPT, uma formação completa, para que eles possam atuar de forma consciente, crítica e até mesmo resistente em um contexto de disputas, numa sociedade marcada por grandes desigualdades sociais. Essa formação, neste estudo, é compreendida como formação humana integral.

Por considerarmos que, nos espaços educativos, essa formação se torna ainda

mais abrangente, permitindo que o cidadão, enquanto sujeito de direitos, conecte suas experiências práticas aos conhecimentos sistematizados pela escola, como os conteúdos curriculares, voltamos nosso olhar para um contexto educacional que agrega duas modalidades: a EJA e a EPT.

A partir dos achados da pesquisa, e por se constituir de um estudo situado em um mestrado profissional, elaboramos um PE que apresentamos como um recurso que pode contribuir para o desenvolvimento da formação humana integral nesse contexto.

É interessante destacar que esse PE contempla uma das importantes práticas necessárias à atuação dos sujeitos em sociedades marcadas por desigualdades, que requerem deles uma postura crítica. Estamos falando da leitura, pois tal PE foi materializado com um livro-jogo.

À medida que a pesquisa foi desenvolvida, os resultados foram surgindo e ratificaram sua problemática central, dando subsídio à reflexão inicial e ao desenvolvimento do PE que, como recurso pedagógico, pode contribuir para minimizar as lacunas impostas pelo processo educacional que os jovens e adultos da modalidade EJA estão submetidos/as.

Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para práticas educativas na EPT, contribuindo, dessa forma, para que os sujeitos de direito tenham acesso uma educação de qualidade que garanta um desenvolvimento nos aspectos: do trabalho, cultura, tecnologia e ciência, possibilitando assim um desenvolvimento humano em sua completude.

Nessa perspectiva, o livro-jogo, que é constituído como um guia de conhecimentos necessários para uma atuação cidadã, voltada para discentes que frequentam a EJA e a EJA EPT, considerando que esses sujeitos tiveram seu itinerário informativo interrompido em função de diversos fatores, e que essa interrupção causou uma deficiência de conhecimentos, e em contrapartida o próprio currículo escolar não contempla alguns aspectos relevantes para atuação social.

Esperamos, dessa forma, que tanto o PE quanto às reflexões que subsidiaram sua construção, estimulem outros, sob outras óticas, de forma que haja a possibilidade de desenvolvimento de formação humana integral para que a sociedade seja o mais igualitária possível.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Marcos José; MARASCHIN, Mariglei Severo; FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico na EJA EPT: considerações com base em estudo de uma realidade. In: **Revista Roteiro**. Joaçaba, v. 47, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27385>

ANDRIGHETTO, Marcos José; MARASCHIN, Mariglei Severo; FERREIRA, Liliana Soares. Políticas de EJA EPT no Brasil. Ascensão, estagnação e silenciamento. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**. V. 16, n. 3, p. 2179-2198, jul./set.2021.

ARROYO, Miguel González. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: Construção coletiva: **Contribuições à Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. UNESCO: Brasília, 2008.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens- adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETT, M. A.; GOMES, N.L. (Orgs.). **Diálogos em Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.19-50.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. Boletim Técnico do SENAC, v. 39, n. 2, p.48-67, 2013.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Cultura do povo e educação popular**. In: BARROS, N.M (Org.) Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador. São Paulo: Edusp, 2009. p.55-69.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. 4 ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, código e controle. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o

ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.HTM> Acesso: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CEB 11/2000. Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1 e, p. 15. Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

BUENO, Antonio de P. La Construcción del conocimiento científico y los contenidos de ciencias. In: ALEIXANDRE, M. P. J. (Coord.) Enseñar ciencias. Barcelona: Editorial GRAÓ, 2009, p. 33-54.

CAPARELLI, Naiade. **O livro-jogo interativo e sua relação histórica com o RPG eletrônico**. Revista Temática, v.3, 2018, p.187-205. <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica>.

CARVALHO, Wellington. **Uso de uma aventura-solo como ferramenta didática para o ensino de análise combinatória**. 2011. Tese de Doutorado. Tesis de maestría, CEFETJ DocPlayer. <https://docplayer.com.br/70438342-Uso-de-uma-aventura-solo-como-ferramentadidatica-para-o-ensino-de-análise-combinatoria-wellington-tatagiba-de-carvalho.html>.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez 2012.

LIMA, Antônio Carlos Santos de; OLIVEIRA, Gicele Rose dos Santos. A contação de histórias como metodologia ativa: caminhos criativos e humanizados para a formação integral. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e14011729698-e14011729698, 2022.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação profissional e tecnológica em revista**, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In.: PAIVA, Jane; Oliveira, Inês Barbosa de. (Orgs.) **Educação de Jovens e**

Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 13-28.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.

FREIRE, Paulo. Criando método de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In : BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.34-41.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO. Gaudêncio; CIAVATTA. Maria Ciavatta. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

FRIGOTTO. Gaudêncio. A interdisciplinariedade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, P.; BIANCHETTI, Lucídio. (Org.). **A interdisciplinariedade:** para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995. p.25-49.

FRIZZO, G. C. E; RIBAS, J. F. M; FERREIRA, L. S. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. Editora e Livraria Paulo Freire. acervo.paulofreire.org

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** - 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOULEMONT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas da leitura.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis - RJ: Vozes, 1995.

<https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtwS/> Acesso: 11 de julho de 2022.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens:** O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Ed. Perspectiva/Edusp, 1971.

KAPP, Karl M. **The Gamification of learning and instruction:** Game-based methods and strategies for training and education. Pfeiffer. Hoboken, NJ. 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. in: **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

LIMA, Divanir Maria de. **O lugar de direito reservado às juventudes do PROEJA: um processo de construção no IFAL**. Maceió, 2011. Mimeografado.

MANACORDA, Mário A. Marx e a formação do homem. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.11, n.41 e (número especial), p. 6-15, abr. 2011.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **O trabalho pedagógico na educação profissional: o PROEJA entre disputas, políticas e experiências**. Curitiba: Appris, 2019.

MARASCHIN, Mariglei Severo. Dialética das disputas: o trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, E.V. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. O Capital (livro1). 10. ed. São Paulo: Difel, 1985 b. v. I e II.

MOLL, Jaqueline. (org). **Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 979-1001, 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-10-80, 2015.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **Os alunos Jovens e adultos que buscam a educação de Jovens e Adultos: quem são e o que buscam na escola**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MURCIA, Juan Antonio Moreno. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.173p.

MURRAY, Janet. H. Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço. Trad. Elissa Khoury Daher e Marcelo Fernandez Couzziol. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In Paiva, Jane; Oliveira, Inês Barbosa de. (Org.). **Educação de Jovens e**

Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 29-42.

PRENSKY, Marc. **Aprendizagem baseada em jogos digitais.** Editora Senac São Paulo, 2021.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. In: **Cadernos de Pesquisa em Educação.** Vitória, ES. A. 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, 2014.

RENASCIDO. *Dragão Brasil*, São Paulo, ano 2, n.20, p.4, jan.1996.

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**, Curitiba, n.29, p.29-45, 2007. Editora UFPR.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Penso Editora, 2013.

SANTOS, Santa Marli P. **O Lúdico na Formação do Educador.** Petrópolis. Ed. Vozes, 1997.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnicidade. In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n.1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>.

SCHMIT, Wagner Luiz. RPG e educação: alguns apontamentos teóricos.2008.267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008.

SILVA, Pedro Panhoca da. **Aventurando-se em dupla: um estudo de caso de dois livros-jogos de Brasil e Hungria.** Texto Digital, Florianópolis, v.17, n.1, p.204-223, 2021.

SILVA, Pedro Panhoca da. **O livro – jogo no ensino de História. XXIII Encontro Estadual de História: História para quem e para quem.** Assis: UNESP, 2016. Disponível em < http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1469468106_ARQUIVO_trabalho_pe_dro_completo.pdf

SILVA, Pedro Panhoca da. **O livro-jogo e suas séries fundadoras.2019.326 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Vida Social) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo/ Tomaz Tadeu da Silva. - 3.ed.; 15. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Diretrizes Curriculares Nacionais:** Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TAPIA, Jesus Alonso; FITA, Enrique Caturla. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz.** 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – Profept

Expediente Técnico

Autores: Mayara Romeiro Lins Beirouti
Antônio Carlos Santos de Lima

Projeto gráfico e diagramação: Aurineide Profirio Barros Correia



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

370
B422c

Beirouti, Mayara Romeiro Lins.

Eu no mundo e no mundo do trabalho: sou cidadão, tenho direitos e deveres /
Mayara Romeiro Lins Beirouti ; Antônio Carlos Santos de Lima. – 2024.
19 f. : il.
ISBN: 978-65-01-44420-8

Produto Educacional da Dissertação O livro-jogo e o desenvolvimento da formação humana integral de estudantes da EJA EPT (PROEJA) - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2025.

1. Educação. 2. Formação Humana Integral. 3. Livro-Jogo. 4. EJA-EPT. I. Título. II. Lima, Antônio Carlos Santos de Lima.

Fernanda Isis Correia da Silva / Bibliotecária - CRB-4/1796

SOBRE OS AUTORES

Mayara Romeiro Lins Beirouti



Possui graduação em Direito pelo INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS (2011). Atualmente é Assistente em Administração - IFAL - Marechal Deodoro, ocupa o cargo de Chefe de Gabinete da Direção Geral. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação

Antônio Carlos dos Santos Lima



Doutor em Linguística pelo PPGLL(FALE/UFAL), onde também realizou estágio pós-doutoral na área de Linguística Aplicada. É professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), na educação básica e na superior, nas modalidades presencial e a distância, bem como no Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Ifal (ProfEPT/Ifal). Desenvolve estudos sobre práticas educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), letramentos, letramento acadêmico, avaliação na perspectiva da intermediação sensível, formação de professores e Educação de Jovens e Adultos (EJA) articulada à formação profissional. Lidera e participa de Grupos de Pesquisa que abrangem suas áreas de investigação tanto no Ifal quanto em outras Instituições Públicas de Ensino Superior.

PREZADO/A LEITOR/A,

Bem-vindo/a a este livro-jogo!

Por meio dele você poderá embarcar em uma jornada que o/a ajudará a compreender o seu lugar de cidadão/ã, responsável e participativo/a na sociedade. Ao longo de uma história, você vai se deparar com situações do cotidiano, nas quais precisará tomar decisões importantes e que poderão contribuir para a aquisição de conhecimentos necessários à sua vivência tanto em sociedade quanto no mundo do trabalho.



VOCÊ SABE O QUE É UM LIVRO-JOGO?



Um livro-jogo é um tipo de livro cuja leitura requer a participação ativa do/a leitor/a, permitindo que ele/a faça escolhas que interferem no desenrolar da história. Ao longo da narrativa, o/a leitor/a se depara com diversas decisões, como escolher para onde deve ir ou que ação deve realizar. Dependendo da escolha feita, ele/a será direcionado/a para diferentes partes do livro, conduzindo a múltiplos caminhos alternativos.

Em um livro-jogo, a história fica sem sentido se for lida de forma linear. Ele deve seguir a sequência de páginas indicadas ao término de cada cena. Assim, o/a leitor/a vai vivenciando a história e tomando consciência das suas escolhas.

Este livro-jogo não é de aventura, mas de construção de conhecimento. O interessante, portanto, é envolver-se com as informações que estão contidas aqui. Assim, à medida que você for lendo, vá fazendo escolhas. Essas escolhas podem impactar na sua vida pessoal, na sua comunidade, no meio ambiente e na convivência com os outros.

Está pronto/a para o desafio?

Vamos à leitura!

E ASSIM COMEÇA A HISTÓRIA...



Após um dia cansativo de trabalho, Luna refletiu muito sobre sua condição de trabalhadora. Após uma longa noite mal dormida, acordou mais cedo para acompanhar seu filho, Luís, ao Hotel Beiriz. Ele iria atuar como Jovem Aprendiz. No ônibus, encontrou Marta, sua ex-colega de trabalho, a quem explicou que estava o acompanhando por ser o primeiro dia dele naquela experiência.



Se você conhece o programa Jovem Aprendiz, **vá para a página**

Se você não conhece, **vá para a página**



MARTA elogiou a iniciativa de Luna em estimular o filho a participar de um Programa tão importante, que certamente contribuiria para o seu crescimento pessoal e profissional. De acordo com Marta, o fato de Luís fazer parte do Jovem Aprendiz, traria mais oportunidades no mercado de trabalho.

Conversa puxando conversa, Marta perguntou a Luna o que ela estava fazendo "da vida"; ela respondeu que só estava trabalhando um horário como cozinheira na casa do Sr. Mauro. Já Marta falou que voltou a estudar no PROEJA, convidando Luna para estudar com ela.

Se você sabe o que é PROEJA, vá para a página 

Se você não sabe o que é PROEJA, vá para a página 



2

O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

O Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa do governo brasileiro criada para incentivar a contratação de jovens de 14 a 24 anos por empresas, combinando educação e trabalho de forma supervisionada. O programa tem como objetivo proporcionar aos jovens a oportunidade de adquirir experiência profissional e formação técnica ao mesmo tempo em que continuam seus estudos.

A jornada de trabalho varia conforme o nível de escolaridade:

- Até 6 horas diárias: para quem não concluiu o Ensino Fundamental.
- Até 8 horas diárias: para quem concluiu o Ensino Médio, incluindo atividades teóricas.

É importante destacar que não é permitido fazer horas extras, compensar horas ou trabalhar no período noturno.

Onde o Jovem Aprendiz pode trabalhar?

- Estabelecimentos de qualquer natureza com pelo menos sete funcionários são obrigados a contratar aprendizes, em uma proporção que varia de 5%

- a 15% do total de empregados em funções que demandem formação profissional.

- Microempresas e empresas de pequeno porte têm a contratação opcional. As entidades sem fins lucrativos com foco em educação profissional na modalidade aprendizagem também podem oferecer vagas.

O Jovem Aprendiz tem direito a: salário proporcional às horas trabalhadas, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), descanso semanal, férias coincidentes com as escolares, vale-transporte, contribuição ao INSS.

Como se inscrever no Programa Jovem Aprendiz? Para se inscrever, o jovem deve buscar instituições parceiras que implementam o programa em sua região, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Fonte: www.cieesc.org.br

Vá para a página 

3

O PROEJA



O PROEJA é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele combina formação técnica e profissional com os ensinamentos fundamental ou médio, permitindo que os estudantes adquiram uma qualificação profissional ao mesmo tempo em que completam a sua escolaridade. Isso facilita a inserção no mundo de trabalho ao mesmo tempo que promove a conclusão da educação básica para quem não teve acesso à escola ou não conseguiu concluir os estudos na idade regular.

Ele é direcionado, principalmente, a jovens e adultos com mais de 18 anos e busca atender tanto aqueles que não concluíram o ensino médio quanto aqueles que já concluíram, mas querem se qualificar profissionalmente.

Por convenção, alguns estudiosos denominam o PROEJA de EJA EPT.

Vá para a página



4

LUNA ficou pensativa e garantiu a Marta que iria pensar na sua proposta. Marta disse que ela poderia visitar o Instituto Federal onde estudava e assistir uma aula, decidindo posteriormente se

se matricularia ou não. Falou das experiências lá vivenciadas, das atividades de integração, das discussões, das aulas práticas e principalmente, da formação que estava tendo, que garantiria uma profissionalização. Isso deixou Luna pensativa, meio curiosa, mas também receosa; era algo novo para ela.

Passados alguns dias, Luna foi assistir a uma aula. Finalmente teve acesso a um curso do PROEJA. Em uma das aulas, a professora abordou o tema da saúde, afirmando que esse é um direito básico, garantido na Constituição. Ela fez os/as estudantes refletirem sobre como esse direito está sendo ofertado à população, principalmente aquelas que têm poucos recursos financeiros. Informou que na Constituição Federal de 1988 foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de garantir o direito básico e universal da saúde a toda população. Luna ficou bastante interessada na exposição da professora, principalmente por compreender que na escola há espaço para discussões que vão além de conceitos, fórmulas e regras. Ela nem imaginava que algumas informações poderiam ser esclarecidas na escola, pois às vezes tinha noções ou limitadas ou equivocadas de algumas coisas, que eram repassadas pela própria comunidade ou por parentes e amigos. Ficou bastante pensativa na experiência que vivenciou.



Se você:

Decide que Luna vai se matricular no PROEJA, **vá para a página**


Decide que Luna não vai se matricular no PROEJA, **vá para a página**

5

LUNA resolveu se matricular no PROEJA e começou a frequentar as aulas no período noturno, pois geralmente os cursos são à noite, para oportunizar o acesso de trabalhadores/as à escola. Além disso, ela ainda estava trabalhando na casa do Sr. Mauro. Ela ficou empolgada com novos aprendizados, com as novas vivências, que só confirmaram a experiência positiva que ela vivenciou quando foi conhecer o PROEJA. Em uma das disciplinas da parte profissional, a professora, nos conscientizou de **que temos que planejar o que consumir, que para tomar as decisões de acordo com as necessidades de sobrevivência é importante a administração da renda**. Na sequência, combinou um debate para a aula seguinte, que teria como tema Tributos e Proteção Social.

Cada vez mais, Luna se surpreendia positivamente com a vivência na escola. Ia percebendo que conhecimentos que ela achava que eram passados pela comunidade, às vezes, de forma equivocada, eram conteúdos socializados na escola, e repassados de forma organizada e com fundamento. Isso fez com que Luna fizesse um breve comparativo com o que via na escola que ela teve que deixar por não ter condições de continuar os estudos.

Luna foi, aos poucos, percebendo que, de alguma forma, a escola estava contribuindo para um processo de amadurecimento intelectual. Ela se via mais atenta e interessada em assistir a jornais; lia, quando tinha oportunidade, revistas e jornais impressos; e estava mais próxima dos livros.

Se você não sabe o que é Renda e Tributo, **vá para a página** 

Se você sabe o que é Renda e Tributo, **vá para a página** 

6



CERTO DIA, chegando a casa, Luna foi assistir ao jornal na TV. Na edição do dia, a matéria era sobre o SUS e o jornalista dizia: "o Brasil, por conta do SUS, é considerado um modelo de saúde pública para o mundo, por ser o maior sistema público do mundo por atender a todos os brasileiros sem discriminação".

Ao ver a notícia, lembrou da aula experimental que assistiu na EJA e resolveu conversar com o filho sobre a possibilidade de se matricular para continuar os estudos. Naquele momento ela percebeu que poderia relacionar os conhecimentos transmitidos na escola com as vivências diárias.

Vá para a página 



7



SOBRE RENDA E TRIBUTOS

Na sociedade, os sujeitos não possuem o mesmo poder de compra, nem as mesmas oportunidades de acesso aos bens e serviços. Esse acesso depende da renda de cada sujeito. Por sua vez, uma maior ou menor renda depende de diversos fatores, como o tipo de emprego, o tipo de fonte, se de negócios ou investimentos. O ideal é que a renda de cada sujeito ou núcleo familiar seja suficiente para a manutenção do seu bem-estar.

Então **renda** é:

valor total de remunerações recebidas por pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, como salário, lucros, juros, aluguéis etc. É o mesmo que rendimento.

Você já parou para refletir sobre quais gastos são essenciais em seu dia-a-dia, aqueles que envolvem despesas básicas, e quais são os chamados gastos supérfluos, uma vez que não são prioridades? Esse tipo de ponderação é importante para o equilíbrio das finanças e o cultivo da segurança e do bem-estar econômico.

Você também já parou pra pensar se sua renda é justa pelo que você faz? Se você tem direito a supérfluos?

É possível todos os cidadãos terem o mesmo nível de renda?

Qual seria o papel do governo e da sociedade para que a renda seja distribuída de forma mais igualitária?

Os tributos são as arrecadações feitas pelo Estado para prestar serviços públicos essenciais aos seus cidadãos: imposto de renda, contribuição previdenciária, tarifa de água e esgoto, entre outros impostos e contribuições são os principais tributos, pois representam a maior parte da arrecadação do Estado.

Você já parou para pensar sobre quais benefícios você usufrui com os impostos que você paga? Tem identificado se são precários, se não existem? Por exemplo: a escola está atendendo de forma totalmente satisfatória às necessidades? O SUS, como modelo mundial, está atendendo satisfatoriamente? A quem cobrar? De que forma?

Vá para a página



8

Luís ficou feliz em saber da decisão da mãe em voltar a estudar e que certamente, ela iria gos-

tar da experiência e do contato com várias pessoas. Na conversa com a mãe, afirmou estar gostando muito do trabalho no hotel pois, trabalhando como recepcionista, tem a oportunidade de conhecer muita gente, uma variedade de culturas, pois no hotel há hóspedes de diversos lugares.

Ele relatou que fez amizade com um casal de hóspedes, Heloise e Rafael. São enfermeiros que trabalham no serviço público e conseguiram nessas férias, viajar juntos para conhecer Pratarin. Luís ficou admirado quando eles lhe contaram que parte do dinheiro da viagem foi adquirido com o cadastro do CPF na nota fiscal, um ganho para o casal. Ele ficou reflexivo por não conhecer as vantagens de informar o CPF na nota fiscal. Ele achava que era uma fiscalização do governo para saber de sua renda.

Se você não sabe como funciona o programa de inserir o número do CPF na nota fiscal, **vá para a página**



Se você sabe como funciona o programa para inserir o número do CPF na nota fiscal, **vá para a página**



9



A INCLUSÃO do CPF na nota fiscal não é uma forma de o governo fiscalizar o contribuinte. Muito mais que distribuir prêmios é uma forma de você, contribuinte, ajudar a combater a sonegação fiscal, garantindo o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS.

Quando você solicita a inclusão do CPF na nota fiscal, você está forçando o comércio a emitir a nota, o que garante a arrecadação de impostos. Com isso, o Governo aumenta a arrecadação de recursos para poder retribuir, em forma de benefícios, o imposto recolhido.

Cada Estado tem seu programa de benefícios a partir da informação do CPF na nota, basta entrar no site da Secretaria da Fazenda do Estado e seguir os passos.

Mas atenção!!!!

Você deve ficar de olho nas ações do governo! Ele pode fazer muito pelo povo com a arrecadação de impostos.

Vá para a página 



LUNA ficou admirada com os benefícios que podemos obter ao informar o CPF na nota fiscal. Jamais imaginou que agindo assim combateria a sonegação de impostos, pois com menos impostos arrecadados, menores são as benfeitorias para a população feita pelo governo. A partir dali, sempre passou a informar o CPF na nota fiscal e quando fazia aquilo, se sentia mais cidadã, exercendo seu papel em contribuir para o bem comum.

Muito entusiasmada, Luna, em diálogo com o filho, disse que gostou bastante da primeira aula do PROEJA. Relembrou que a professora falou sobre o direito à saúde pública e de qualidade e que, com certeza, vai aprender muito nos estudos sobre os direitos dos cidadãos. Até explicou ao Luís que esses direitos também estão relacionados aos seus deveres e que, de alguma forma, todos podem ajudar nesse processo. E, mais uma vez, lembrou da questão da nota fiscal. “Como a gente não relaciona as coisas ao nosso redor” – pensou ela.

Nesse diálogo, Luís informou que, em conversa com Heloíse e Rafael, os hóspedes que ele conheceu no hotel onde atua como Jovem Aprendiz, entendeu que ter um diploma de ensino superior pode ajudar a conseguir um emprego melhor. Disse que ficou interessado em fazer faculdade de Direito. Luna, ficou muito feliz com o entusiasmo e os planos de Luís, mas alegou não ter dinheiro para pagar uma faculdade. Mas Luís explicou que pode fazer o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, e assim poder ingressar numa universidade pública. Nesse diálogo já estabeleceram relações dessa forma de acesso à universidade pública à arrecadação de impostos. Na continuidade da conversa, Luís afirmou que outra possibilidade de cursar Direito seria através do PROUNI.

Se você não sabe o que é o Prouni, **vá para a página** 

Se você sabe o que é o Prouni, **vá para a página** 

O PROUNI



O PROUNI é o Programa Universidade para todos. É uma iniciativa do governo federal em parceria com universidades privadas. Nesse Programa, podem ser concedidas bolsas de estudo para estudantes que desejam ingressar em faculdades particulares. A depender da renda e de outros fatores, as bolsas podem ser integrais ou parciais. Mas há uma informação importante: um dos critérios para ser contemplado com o PROUNI é ter realizado o Enem.

Vá para a página  13



12

DEPOIS do diálogo com o filho, Luna foi para aula pensativa sobre quantas sobre quantas informações ainda não sabia e que há tantas outras por saber. Percebeu que por desconhecimento, às vezes já perdeu algumas oportunidades de melhorar sua condição de vida. E ficou também preocupada de essa falta de conhecimento afetar o futuro do filho.

Na escola, Luna conversou com Marta sobre os planos de Luís. Marta lhe disse que ela deveria se orgulhar do filho e que a possibilidade de Luís ter um diploma de ensino superior, garante mais opções de trabalho e uma remuneração melhor, maior que o salário mínimo. De fato, Luna reconhece que o salário mínimo não é suficiente para arcar com todas as despesas da casa. Reconhece também que seu filho merece ter uma vida mais confortável. E Marta a adverte de que não só Luís ou Luna merecem, mas todos os cidadãos.

Luna confessou para Marta que tem trabalhado muito na casa do Sr. Mauro e que, apesar de receber um salário mínimo, não tem direito a férias, nem a ajuda para custear o transporte, mas ao menos tem uma folga na semana.

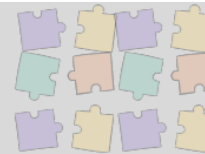
Se você conhece a política do salário mínimo, **vá para a página**  15

Se você não conhece a política do salário mínimo, **vá para a página**  14



13

A POLÍTICA DO SALÁRIO MÍNIMO



O artigo 7º da Constituição Federal de 1988 prevê que o salário mínimo possa atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, incluindo moradia, saúde, educação, lazer e transporte, e não apenas às suas necessidades alimentares básicas. Isso não significa que todos os cidadãos devam receber apenas esse valor; esse é o valor mínimo, e que deve satisfazer às necessidades estabelecidas pela Constituição Federal. Saliente-se que esse salário mínimo está relacionado a uma jornada de trabalho estabelecida pela Lei.

Atualmente, no ano de 2024, o valor do salário mínimo no Brasil é de R\$ 1.412,00 (um mil e quatrocentos e doze reais).

É sempre bom lembrar:

É importante considerar que as relações de trabalho, os conflitos entre as classes sociais (principalmente entre os ricos e os pobres) têm contribuído para que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras recebam apenas o mínimo estabelecido por Lei.

Há situações em que é permitido ao/à trabalhador/a receber menos que o salário mínimo, mas essa condição tem que estar relacionada à carga horária de trabalho.

Vá para a página 

14



APÓS

as confissões de Luna, Marta diz que ela está sendo explorada e que existem direitos trabalhistas que todo cidadão deve ser respeitado em seus direitos e que existem leis que protegem o cidadão. Ela lembrou à Luna dos debates ocorridos no curso, onde todos os presentes em sala de aula se posicionaram contra a exploração do trabalhador no dia em o tema da aula foi "Os direitos trabalhistas". Continuou afirmando que os direitos trabalhistas no Brasil são garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de outras legislações e normas que protegem os trabalhadores.

Ela lembrou que achou o tema muito interessante e que, por isso, tinha registrado algumas informações no celular. Enquanto localizava os registros, foi refrescando a memória de Luna, reforçando que esses direitos visam assegurar uma relação de trabalho justa e equilibrada, proporcionando condições mínimas de dignidade e segurança. Pegou o celular e mostrou à Luna os principais direitos trabalhistas no Brasil, discutidos na aula: 1- Carteira de Trabalho, 2- Salário Mínimo, 3- Jornada de trabalho, 4- Férias, 5- 13º Salário, 6- Licença Maternidade e Licença Paternidade, 7- Aviso Prévio, 8- FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), 9- Seguro Desemprego, 10- Direitos de Segurança e Saúde, 11- Estabilidade no emprego, 12- Repouso Semanal Remunerado, 13- Vale-transporte, 14- Vale-refeição e vale-alimentação, 15- Direitos das Mulheres Trabalhadoras, 16- Direito dos Trabalhadores com Deficiência, 17- Demissão por justa causa.

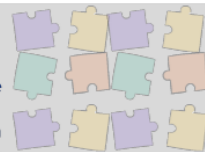
Essa conversa deixou Luna triste. Primeiro por perceber que não estava sendo respeitada nos seus direitos; segundo porque demorou a compreender que os conhecimentos da escola não servem apenas para fazer provas. Com isso, percebeu que tinha perdido muitas oportunidades de por em prática os conhecimentos adquiridos na escola.

Reflexiva, Luna resolveu ter uma conversa com o Sr. Mauro.

Se você sabe o conceito dos direitos trabalhistas, vá para a página 

Se você não sabe o conceito dos direitos trabalhistas, vá para a página 

15



NA CASA DO SR. MAURO, Luna chegou no horário de sempre, às 7h. Ao organizar a mesa para o café da manhã, Sr. Mauro sentou-se e acomodou-se para fazer o desjejum. Mal ele iniciou a refeição, Luna disparou uma conversa, falando que nos estudos do PROEJA tem aprendido muito e que um dos assuntos estudados era sobre direitos trabalhistas. Seguiu dizendo que estava ciente dos direitos trabalhistas que estava se sentindo explorada em seu trabalho.

O Sr. Mauro admitiu que estava negligenciando os direitos trabalhistas a ela, mas que tem por ela muito respeito e consideração e não quer perdê-la como funcionária. Mas Luna, já um pouco mais consciente do seu lugar de cidadã, argumentou que consideração e respeito devem fazer parte das relações sociais e das relações de trabalho, mas não são direitos trabalhistas, por exemplo. E num ato de coragem e ousadia, disse que a consideração e o respeito não pagam suas contas, pois não tinham poder de compra.

Sr. Mauro ficou tão surpreso que quis saber mais que tipo de escola era essa e pediu para Luna explicar o que era esse PROEJA. Pediu pra ela explicar o que era e se comprometeu em assegurar todos os seus direitos trabalhistas.


Após a explicação de Luna sobre o que era o PROEJA, Sr. Mauro informou que precisaria de uma pessoa para gerenciar o restaurante de sua propriedade, pois a atual gerente iria se afastar e Luna, pela sua desenvoltura e demonstração de aprendizado, estaria em condições de assumir o lugar. Ofereceu o cargo a ela.



Vá para a página  18

OS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL

- Carteira de Trabalho (CTPS) – O registro na carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é obrigatório para formalizar o vínculo empregatício, garantindo direitos como férias, 13º salário, e aposentadoria.
- Salário Mínimo – O salário mínimo é o valor mínimo que o trabalhador pode receber por sua jornada de trabalho, sendo ajustado anualmente pelo governo federal.
- Jornada de trabalho – A jornada de trabalho padrão é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com direito a intervalo para descanso e alimentação. Para horas extras, o empregado tem direito a um acréscimo mínimo de 50% sobre o valor da hora normal.
- Férias – Todo trabalhador tem direito a 30 dias de férias após cada período de 12 meses de trabalho. O empregado deve receber um adicional de 1/3 sobre o valor das férias.
- 13º Salário – O 13º salário é uma gratificação anual, correspondente a 1/12 do salário por mês trabalhado, pago geralmente em duas parcelas (uma no meio do ano e a outra no final).
- Licença-maternidade e Licença-paternidade - A Licença-maternidade é de 120 dias, podendo ser estendida em casos específicos. A Licença-paternidade é de 5 dias corridos, podendo ser ampliada em algumas situações específicas.
- Aviso Prévio – O aviso prévio é a comunicação de término de contrato de trabalho, que pode ser de no mínimo 30 dias, podendo ser prorrogado conforme o tempo de serviço. O trabalhador pode optar por cumprir o aviso ou ser indenizado.
- FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) – O FGTS é um depósito mensal realizado pelo empregador equivalente a 8% do salário do trabalhador. Em caso de demissão sem justa causa, o trabalhador pode sacar esse fundo, além de uma multa rescisória de 40% sobre o saldo.
- Seguro-Desemprego – O seguro-desemprego é um benefício temporário pago ao trabalhador que foi demitido sem justa causa, o trabalhador pode sacar esse fundo, além de uma multa rescisória de 40% sobre o saldo.
- Direitos de Segurança e Saúde- Os empregadores devem garantir condições adequadas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, respeitando normas de segurança, oferecendo equipamentos de proteção quando necessário.

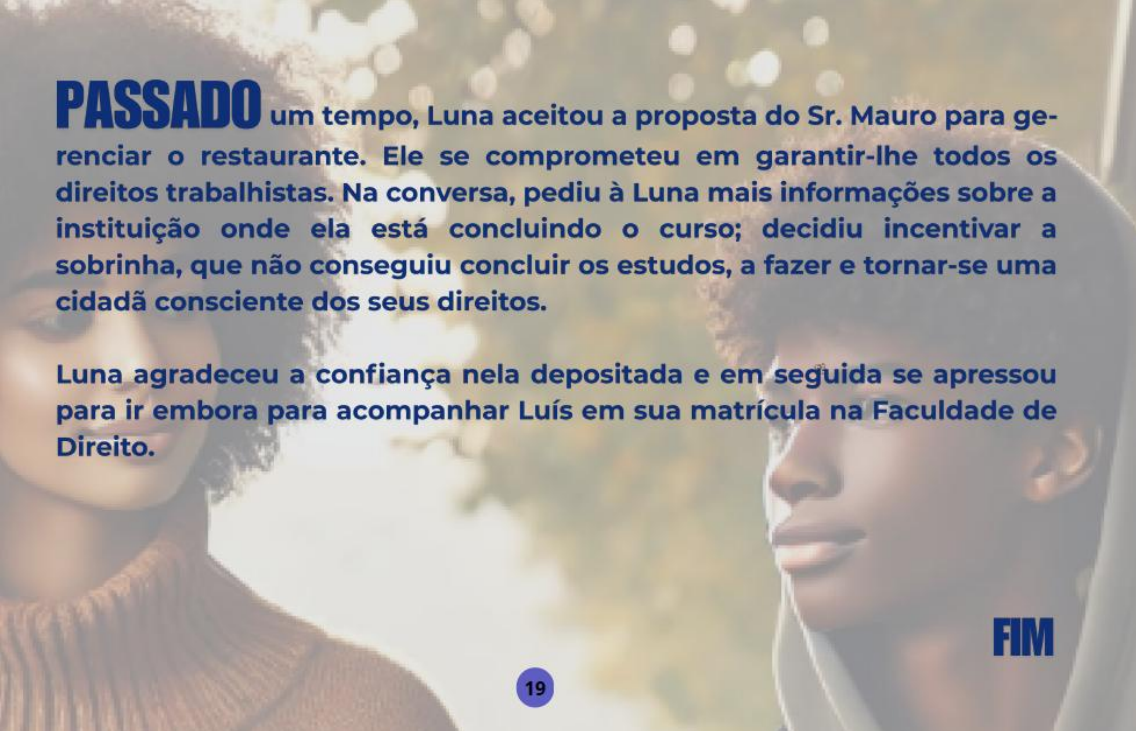


QUANDO LUÍS chegou do trabalho, Luna relatou a conversa que teve com o sr. Mauro e perguntou o que ele achava da reação e proposta do patrão. Luís diz que estava orgulhoso da mãe, principalmente por reivindicar seus direitos e que de repente a proposta do novo cargo seria uma experiência positiva para ela.

Entretanto, a alertou que, em ela aceitando o novo trabalho, o Sr. Mauro teria que cumprir com todos os direitos assegurados por lei. Lembrou também que, em uma das conversas com Heloíse e Rafael, eles falaram que ter conhecimento é muito importante para entender o funcionamento das coisas e que muitas vezes somos negligenciados nos nossos direitos por desconhecimento dos fatos. O fato de Luna receber o salário em dia e usufruir de respeito e consideração, não dispensa as obrigações trabalhistas do empregador.

Relembrando os diálogos sobre conhecimentos, direitos, obrigações, relações de poder, trabalho e conflitos sociais que Luís teve com Heloíse e Rafael, ficou na lembrança uma das afirmações de Rafael. Segundo ele, os impostos pagos pelos cidadãos da cidade de Pratarin, deveriam ser utilizados em mais investimentos na cidade, tornando-a mais atrativa para o turismo. Para ele, a cidade poderia estar mais limpa e iluminada, se os impostos estivessem sendo usados de forma correta. Constatou que cabe à população lutar por seus direitos, exigindo transparência na prestação de contas, por parte dos governantes. Dessa forma os impostos arrecadados seriam adequadamente convertidos em benefícios para toda a sociedade.

Rafael e Heloíse lembraram que a escola tem por obrigação estimular o pensamento crítico dos seus estudantes e desenvolver sua consciência de ser no mundo, pois os conhecimentos que todos já temos se juntam aos que a escola oferece para tornar cada homem ou mulher, cidadão e cidadã de verdade.



PASSADO um tempo, Luna aceitou a proposta do Sr. Mauro para gerenciar o restaurante. Ele se comprometeu em garantir-lhe todos os direitos trabalhistas. Na conversa, pediu à Luna mais informações sobre a instituição onde ela está concluindo o curso; decidiu incentivar a sobrinha, que não conseguiu concluir os estudos, a fazer e tornar-se uma cidadã consciente dos seus direitos.

Luna agradeceu a confiança nela depositada e em seguida se apressou para ir embora para acompanhar Luís em sua matrícula na Faculdade de Direito.

APÊNDICE B – TCLE



Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do
Instituto Federal de Alagoas – CEPSh/Ifal
Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4º Andar, Sala 404
Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: **CONTRIBUIÇÕES DE UM LIVRO-JOGO PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE ESTUDANTES DO PROEJA.**

Pesquisadora responsável: Mayara Romeiro Lins Beirouti e Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima.

Nome do participante da pesquisa: _____

Data de Nascimento (não obrigatório): ____/____/____

Neste momento o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, em caráter voluntário, do Projeto de Pesquisa intitulado **CONTRIBUIÇÕES DE UM LIVRO-JOGO PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE ESTUDANTES DO PROEJA**, sob a responsabilidade dos(as) pesquisadores(as) Mayara Romeiro Lins Beirouti e orientação Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima. Por favor, leia atentamente o texto seguinte e esclareça com o(a) pesquisador(a) todas as dúvidas que surgirem. Após serem sanadas as possíveis dúvidas, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste Termo e rubrique as demais páginas, o qual consta em duas vias. Uma delas pertence a você e a outra ao/à pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

1. A pesquisa tem por objetivo refletir sobre a relação entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares de estudantes do PROEJA e as implicações dessa relação na formação humana integral desses/as estudantes, levando-se em consideração que a não-relação entre conhecimentos de mundo e os conhecimentos escolares pode comprometer o desenvolvimento da formação humana integral dos estudantes do PROEJA. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, que está inserida no contexto da EJA EPT (PROEJA), contribuirão para o desenvolvimento da formação humana integral, tão necessária à atuação cidadã, tanto no meio social quanto no mundo do trabalho. Dessa forma, por serem os estudantes participantes da pesquisa sujeitos sociais, a sociedade como um todo será beneficiada com os efeitos dela decorrente, os conhecimentos adquiridos a partir do Produto Educacional elaborado mediante os resultados obtidos.

2. O papel dos pesquisadores nesta pesquisa compreende: a) Organizar um espaço para uma breve apresentação do objetivo da pesquisa; b) Escolher um ambiente adequado e reservado para o desenvolvimento da entrevista e aplicação do questionário; c) Fornecer os questionários impressos aos participantes e orientar quanto às possíveis dúvidas. O seu papel na pesquisa compreende responder ao questionário e à entrevista, conduzida pelos pesquisadores. Ao Sr./À Sra. será facultado o direito de não responder a quaisquer das questões, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Da mesma forma, para as questões fechadas, haverá a alternativa “não desejo responder”. A partir do resultado da pesquisa será elaborado um Produto Educacional (PE) configurado como um Livro-Jogo, o qual, utilizado como recurso pedagógico poderá contribuir para a formação integral de estudantes da EJA e, por conseguinte para uma efetiva atuação social.
3. Na duração da pesquisa, em especial, a abordagem e o convite aos participantes da pesquisa ocorrerão a partir de uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa. Mediante autorização da coordenação de cada curso, será disponibilizado, antes do início da aula, um momento de explanação, no qual a pesquisadora apresentará os objetivos da pesquisa e informará os dias em que estará no campus, sempre uma hora antes do início da primeira aula, para o processo de recrutamento, que ocorrerá de forma voluntária. De acordo com a legislação, toda pesquisa envolve, ainda que mínimo, algum risco. Para os participantes da pesquisa pode haver riscos de ordem emocional ou intelectual, tais como constrangimento, desconforto, medo, vergonha, cansaço ou alteração na autoestima ao responderem ao questionário ou a entrevista. As medidas para a minimização dos riscos envolvem: entrevistas em espaço individualizado, para o caso de constrangimento ou vergonha; elaboração de questões o mais simples possível, para evitar o cansaço durante a respostas ao questionário, bem como constantes orientações/aconselhamento, caso haja alteração na autoestima. Além disso, o comprometimento do pesquisador em estar à disposição para atender a qualquer aspecto que seja relevante para o sujeito em relação à pesquisa. Para tal, serão informados meios de contato direto entre os sujeitos e o pesquisador, por meio de e-mail e contato telefônico.
4. Os benefícios que a presente pesquisa trará aos participantes é a contribuição para a ampliação de seus conhecimentos, haja vista ser um público que já tem comprometido seu itinerário formativo. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, que está inserida no contexto da EJA EPT (PROEJA), contribuirão para o desenvolvimento da formação humana integral, tão necessária à atuação cidadã, tanto no meio social quanto no mundo do trabalho. Dessa forma, por serem os estudantes participantes da pesquisa sujeitos sociais, a sociedade como um todo será beneficiada com os efeitos dela decorrente, os conhecimentos adquiridos a partir do Produto Educacional elaborado mediante os resultados obtidos na pesquisa.
5. O prazo da participação nesta pesquisa deverá ter a duração de 4(quatro)horas distribuídas em dois momentos.
6. Não haverá despesa alguma decorrente de sua participação nesta Pesquisa, podendo deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá nenhuma punição.
7. Não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação na pesquisa; no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido.

8. Em caso de algum dano decorrente da sua participação nesta pesquisa, conforme determina a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, será providenciada a assistência necessária e terá direito a buscar indenização, nos termos da Lei.
9. O seu nome será mantido em sigilo, garantindo a privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre os estudos dessa pesquisa, como também será informado das suas consequências, enfim, tudo o que anseie saber antes, durante e depois da sua participação.
10. As informações coletadas serão usadas, única e exclusivamente, para a finalidade desta pesquisa e os resultados serão publicados para fins acadêmicos.
11. Qualquer dúvida se solicita a gentileza de entrar em contato com Mayara Romeiro Lins Beirouti, telefone:(82) 99917-8608, e-mail: mayara.beirouti@ifal.edu.br e endereço: Avenida Fernandes Lima, nº 34, apto 103 -B, bairro Farol, Maceió -AL, CEP: 57055-000.
12. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa que é um colegiado (grupo de pessoas que se reúnem para discutir assuntos em benefício de toda uma população), interdisciplinar (que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou áreas de conhecimento) e independente (mantém-se livre de qualquer influência), com dever público (relativo ao coletivo, a um país, estado ou cidade), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade, dignidade e bem-estar. É responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. São consideradas pesquisas com seres humanos, aquelas que envolvam diretamente contato com indivíduo (realização de diagnóstico, entrevistas e acompanhamento clínico) ou aquelas que não envolvam contato, mas que manipulem informações dos seres humanos (prontuários, fichas clínicas, fichas de alunos ou informações de diagnósticos catalogadas em livros ou outros meios). Assim, se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Alagoas (CEPSH/Ifal), situado na Rua Dr. Odilon Vasconcelos, No. 103, 4o. Andar, Sala 404, Jatiúca - Maceió – AL, pelo Telefone: (82) 3194-1176 (das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta) ou pelo e-mail “eticaempesquisa@ifal.edu.br” (a qualquer momento)..

Eu,

_ declaro ter sido informado e concordo em permitir a minha participação, em caráter voluntário, do projeto de pesquisa **CONTRIBUIÇÕES DE UM LIVRO-JOGO PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE ESTUDANTES DO PROEJA**, sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

_____, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Antônio Carlos Santos de Lima
(Orientador)

Mayara Romeiro Lins Beirouti
(Pesquisadora responsável pela pesquisa)

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISCENTES



Instituto Federal de Alagoas – CEPESH/Ifal

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4º Andar, Sala 404

Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1176 - E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br

QUESTIONÁRIO PARA DISCENTES

Por ter aceitado participar da pesquisa intitulada: “**CONTRIBUIÇÕES DE UM LIVRO-JOGO PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE ESTUDANTES DO PROEJA**” e ter assinado o TCLE, o Sr./Sra. terá acesso ao questionário. Ao Sr./À Sra. será facultado o direito de não responder a quaisquer das questões, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Da mesma forma, para as questões fechadas, haverá a alternativa “não desejo responder”.

Gentilmente solicitamos a sua atenção e tempo para responder às questões abaixo, que serão de extrema relevância para o andamento da pesquisa. Será assegurado o anonimato de todas as suas respostas.

Gratos pela atenção.

Mayara Romeiro Lins Beirouti – Mestranda (PROFEPT/IFAL)

Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima – Orientador (PROFEPT/IFAL)

Dados do/a participante:(algum dado é necessário colocar que é obrigatório)

Identificação: _____

Data: ____/____/____

Nome:

E-mail: _____

Celular: _____

Idade: _____

Profissão: _____

É a primeira vez que cursa o Ensino Médio? () sim () não

Qual curso do PROEJA que estuda: _____

Qual o campus do IFAL que estuda: _____

Questões:

1. Esse é seu primeiro curso na modalidade EJA?

a) () sim

b) () não

c) () não desejo responder

2. Quanto tempo você ficou fora da escola antes de ingressar no IFAL?

3. Quais razões levaram você a ingressar em um curso na modalidade EJA?

4. Como você entende a importância da EJA ?

5. Como você entende a importância da PROEJA ?



APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Instituto Federal de Alagoas – CEPSh/Ifal

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4º Andar, Sala 404

Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1176 - E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Para você o que significa ser cidadão?
2. Como você compreende a relação entre o conhecimento que você adquire na escola e o exercício da cidadania?
3. Você acredita que o conhecimento que você trouxe anteriormente ao ingressar no IFAL contribui para a sua atuação cidadã?
4. Poderia descrever esses conhecimentos?
5. Que direitos você enquanto cidadão tem conhecimento?
6. Em qual esfera você entende que o seu direito é menos garantido como cidadão?
7. Em qual esfera você entende que o seu direito é mais garantido como cidadão?
8. Na condição de estudante da modalidade PROEJA, que tipo de conhecimento você gostaria de receber os quais contribuiriam para a sua formação integral e, conseqüentemente, para sua atuação cidadã?



APÊNDICE E – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

IDENTIFICAÇÃO

Título do Produto Educacional: **Eu no mundo e no mundo do trabalho: sou cidadão;tenho direitos e deveres! (Livro- Jogo)**

Pesquisadora responsável: Mayara Romeiro Lins Beirouti e Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima.

Nome do participante da pesquisa: _____

Data de Nascimento (não obrigatório): _____ / _____ / _____

- 1- Quais suas percepções acerca do livro-jogo?
- 2- O formato da leitura do livro -jogo para você é interessante?
- 3- O que você mudaria no livro-jogo?
- 4- As informações contidas no livro-jogo para você são relevantes para o seu cotidiano?
- 5- Você sentiu dificuldade em entender a sequência da leitura? Se sim, por quê?